Misericórdias no Feminino

União das Misericórdias
Portuguesas

Índice

004 Prefácio

008 Introdução

012 Mulheres: a alma das Misericórdias
Ana Mendes Godinho

014 Senhora do Manto
Manto de mãe, manto de misericórdia
Vítor Melícias

022 Rainha D. Leonor
A vanguardista dos direitos humanos
Maria de Belém Roseira

026 História
Ação das Misericórdias não teria sido possível sem as mulheres
Maria Antónia Lopes

030 Rede social
Sementes lançadas por mãos femininas
Isabel Figueiredo

034 Liderança
Erguer alicerces pelo exemplo de quem é capaz
Maria Amélia Ferreira

042 Benemerência
O rosto feminino dos donativos
Mariano Cabaço

046 Helena Serra: a primeira provedora do século XX

050 Provedoras

Espaços e rostos que inspiram a fazer o bem

Manuel de Lemos

Presidente da UMP

Temos de ser capazes de incluir todos os que venham para bem fazer, contando para isso com os exemplos que possam inspirar maior atenção das comunidades com as suas Misericórdias

M

Misericórdia é sinónimo de compaixão pelo sofrimento alheio. Também é denominação para irmandades que, um pouco por todo o mundo, mobilizam esforços para apoiar pessoas em situação de carência. Em Portugal, o nome ganhou o prefixo 'Santa Casa', por haver nas comunidades a ideia de que o trabalho, por ser tão urgente e necessário, merecia o adjetivo 'santo'.

Subjacente ao trabalho realizado, perdurou durante bastante tempo a ideia de secretismo em torno dos rostos que ajudavam, para proteger aqueles a quem era prestada a ajuda. A Misericórdia de Florença, em Itália, tem no seu acervo museológico muitos exemplos de capas e capuzes para este fim.

Mas os tempos mudaram e as instituições ditas pias, de piedade e caridade, atuam cada vez mais noutros contextos sociais, com novos modelos normativos e constantes desafios, como o de cooperação na implementação das políticas sociais do Estado. É o que comumente designamos por solidariedade.

Em Portugal, estas instituições enquadram-se naquilo que agora chamamos de economia solidária, uma família da economia social que é feita de pessoas para pessoas, com potencial para ajudar a construir sociedades mais coesas, logo, mais inclusivas e com espaço de dignidade para todas as idades, géneros, nacionalidades, credos e raças.

Diante de novos tempos, as Misericórdias souberam sempre adaptar-se e a atualidade não pode ser diferente. A força das nossas 'Santas Casas' depende, em grande parte, da nossa capacidade de mobilizar pessoas. Voluntários, dirigentes, trabalhadores, beneméritos e parceiros são determinantes para que sejamos capazes de ultrapassar desafios, continuando a levar a bom porto este movimento.

Portanto, num tempo sobejamente marcado pela imagem, temos de saber tirar a capa para mostrar os rostos daqueles que todos os dias contribuem para que, em Portugal, 387 instituições cuidem de cerca de 170 mil pessoas. Acresce que temos de ser capazes de incluir todos os que venham para bem fazer, contando para isso com os exemplos que possam inspirar maior atenção das comunidades com as suas Misericórdias.

Nos tempos que vivemos, mostrar a face, ao contrário do que já foi a nossa prática, é determinante. Não por necessidade de recompensa ou prémio, mas sim para inspirarmos quem ainda não está connosco. Nas Misericórdias há espaço para todas as pessoas e é preciso dizê-lo e mostrá-lo.

Foi neste quadro que surgiu este projeto com o objetivo de dar a conhecer a face feminina das Misericórdias. Tendo como ponto de partida as referências femininas da nossa história, tais como a Senhora do Manto e a Rainha D. Leonor, seguimos caminho com reflexões sobre o papel das mulheres nas Misericórdias, ontem e hoje.

E porque não mostrar os rostos femininos que lideram as instituições? Por isso, convidámos as provedoras (69 em 2021, data de referência desta edição) a mostrar o rosto e, desta forma, inspirar mais mulheres a abraçarem este movimento secular de bem-fazer.

Assim, resta-me deixar um agradecimento a Isabel Miguens, Ana Mendes Godinho, Vítor Melícias, Maria de Belém Roseira, Maria Antónia Lopes, Isabel Figueiredo, Maria Amélia Ferreira e Mariano Cabaço pelos textos que certamente vão despertar reflexões e questionamentos acerca das Misericórdias.

Agradecer também a todas as provedoras que aceitaram o desafio proposto pela UMP. É nosso desejo que o vosso exemplo sirva de inspiração para que as Misericórdias continuem a trilhar um caminho de equidade e igualdade, através da criação de espaços onde todas as pessoas se sintam bem acolhidas, respeitadas e parte determinante para a construção de um projeto com vista ao bem comum. /

Misericórdia somos todos nós

Isabel Miguens

Provedora da Misericórdia de Cascais e vogal do Secretariado Nacional da UMP

E

Escrever sobre uma folha branca é desafiante. Escrever sobre as Misericórdias ainda mais. Vimos de longe, muito longe...

É bom, muito bom, dizer presente. Vivemos desde sempre um diálogo entre a realidade existente e o que sonhamos e acreditamos. Trabalhar na Misericórdia foi e é um desafio permanente e servir uma Misericórdia é um privilégio. É esta dupla situação que gostaria que transparecesse neste testemunho. Uma permanente inquietação entre o desafio e o privilégio.

A Misericórdia, enquanto serviços de primeira linha, era em 1975 um trabalho essencialmente feito no feminino. A Misericórdia, na sua gestão e nos seus órgãos, era somente um tempo do masculino.

Hoje, passados mais de 40 anos ao serviço desta instituição ou desta causa, não me revejo na situação de uns e de outros. Revejo-me, sim, na fantástica hipótese de todos nós, em conjunto e com o desafio permanente da conciliação entre a objetividade e a subjetividade (com o tempero do afeto), contribuirmos para um tempo mais justo.

Ainda bem que tenho o privilégio de ter vivido as duas situações.

Vivemos tempos muito difíceis, com orçamentos que se tornam bíblias, mas ainda assim vivemos em conjunto – uns e outros –, conseguindo operar mudanças e acrescentar sempre. Sempre tem de ser diariamente porque a velocidade das atuais mudanças a tal nos obriga e a realidade social que nos envolve, no nosso espaço e no ecrã que cabe na nossa mão, é avassaladora e não temos a liberdade de a ignorar.

Fazer parte, acreditar na melhoria do nosso tecido social, feito de gente (todo ele mulheres e homens) de que todos nós somos parte integrante, é quanto basta para nunca desistir de acreditar que é possível.

Eu, Isabel, sou assim. Acredito sempre e acredito que muitos, senão todos nós, também acreditam.

E desejo, ainda, que as reflexões e exemplos que constam nesta publicação sobre as "Misericórdias no Feminino" possam inspirar cada vez mais pessoas a partilhar do ideário das Santas Casas. Homens ou mulheres, todos somos importantes para a construção de um mundo melhor. /

paulo buchinho

Mulheres: a alma das Misericórdias

Ana Mendes Godinho

Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

A

As Misericórdias nasceram pela mão de uma mulher marcante na história de Portugal: D. Leonor, a Rainha Perfeitíssima.

Mas não é só na sua génese que as mulheres tiveram um papel determinante nas Misericórdias. Ao longo dos séculos, as mulheres têm estado na base de todo o modelo e têm sido fundamentais para a missão das Misericórdias em Portugal.

Têm sido a alma das Misericórdias. Muitas vezes de forma anónima, tantas vezes heroínas invisíveis que colocam o serviço aos outros à frente das suas vidas e das suas famílias.

Seja através das provedoras, que sucessivamente têm assumido lugares de liderança, seja através de todas as trabalhadoras que diariamente fazem das 14 obras de misericórdia um lema de vida. Cuidadoras natas. Rostos de políticas sociais concretas.

O papel das mulheres na história das Misericórdias acompanhou, também, no último século, as batalhas pela igualdade de género e a afirmação das mulheres no seio dessas instituições e das obras sociais foi fundamental para demonstrar valor, capacidade e participação no espaço público. É inquestionável que as Misericórdias só existem porque têm a implementar a sua missão milhares de mulheres que acompanham quem mais precisa.

Apoiam diariamente crianças, pessoas mais velhas, pessoas mais vulneráveis, cumprindo todos os dias, sem exceção, o sonho, idealizado há mais de 500 anos, de concretização diária de mobilização da sociedade para, em conjunto, responder às necessidades dos mais frágeis. Dando sentido a viver em sociedade.

São estes milhares de mulheres que diariamente percebem as necessidades, distribuem alimentação e outros bens a quem precisa, acolhem quem procura abrigo, apoiam doentes, ensinam as crianças nas creches, integram as pessoas com deficiência, acompanham quem está mais isolado ou excluído, estão ao lado das nossas pessoas mais velhas.

Milhares de mulheres que durante a pandemia deixaram as suas casas e as suas famílias para se dedicarem a quem mais estava a precisar, numa missão de grande exigência e dedicação.

A nossa missão é, por isso, dar voz a estas mulheres e valorizar o seu papel fundamental para garantir que a sociedade reconhece e cria condições para que o dia a dia seja cada vez mais realizador.

O mundo faz-se de quem faz e é isso que as mulheres nas Misericórdias são: fazedoras de impossíveis e concretizadoras dos valores que justificam e legitimam a nossa vida em sociedade.

Graças a vós, temos ultrapassado, em conjunto, estes tempos difíceis, procurando sempre proteger da melhor forma as pessoas mais vulneráveis.

Temos muitos desafios pela frente.

Desde logo, termos cada vez mais "Leonores" como provedoras, dando voz a todas estas mulheres, garantindo que assumem, cada vez mais, lugares de direção nas organizações, traduzindo nos cargos de liderança a percentagem que representam no total dos trabalhadores.

Por outro lado, é essencial conseguirmos valorizar o trabalho de todas as mulheres invisíveis e garantirmos também que estas características femininas de pragmatismo, humanização e personalização das respostas sejam, mais e mais, um padrão permanente para transformar vidas.

Os mais de 500 anos das Misericórdias revelam o poder transformador do bem, com as mulheres sempre presentes a manter esta chama acesa.

Muito obrigada por serem a minha permanente inspiração e fonte de energia.

E a alma das Misericórdias.

Senhora do Manto

Manto de mãe, manto de misericórdia

Vítor Melícias

Presidente honorário da UMP

N

Não sendo Deus nem deusa, Maria é na história da Salvação o toque de feminilidade maternal e rosto da divina misericórdia.

Na verdade, a Virgem Maria, Mãe de Deus e Mãe dos Homens, "bendita entre todas as mulheres", ocupa lugar central e papel essencial da Salvação enquanto manifestação e presença maternal de um Deus, que, como Pai e Mãe, se torna redentoramente presente na humanidade e em toda a Criação.

Precisamente por isso, Maria introduz e representa, também na cultura e na história identitárias das Misericórdias, o rosto carinhoso e protetor da maternidade na relação religiosa do Homem com Deus e de fraternidade entre todos os seres enquanto *Fratelli Tutti*.

De facto, como literalmente reza o primeiro compromisso da Misericórdia de Lisboa, que serviu de modelo, quase intocado, para todas as Misericórdias criadas no mundo da lusofonia, "O Eterno Deus inspirou nos corações dalguns bons e fiéis cristãos e lhes deu coração, siso e força e caridade para ordenarem hua irmandade e confraria sob o título e nome e envocaçam de Nossa Senhora madre de Deos e virgem Maria da Misericórdia".

Porventura, por destacada influência do seu amigo Cardeal de Alpedrinha, então vivendo em Itália, conhecedor e admirador da Misericórdia que desde o século XIII existia em Florença, e sob direto estímulo dos seus confessores franciscanos, que, a exemplo e exortação do fundador S. Francisco de Assis, eram de há muito os tradicionais pregadores da virtude e prática da misericórdia, a Rainha D. Leonor promoveu e patrocinou a fundação das Misericórdias com uma profunda marca da espiritualidade feminina e da mística franciscana, que a levou a fazer-se clarissa e como tal viver e ordenar ser sepultada no Mosteiro e Igreja da Madre de Deus, privilegiando sempre, nas suas estreitas relações e proteção aos franciscanos e às Misericórdias, a presença da Virgem Maria como Mãe e Protetora, Senhora da Misericórdia.

Na verdade, já Sto. António de Lisboa no seu famoso sermão da Festa da Purificação, n.º 9, se referia à Virgem Mãe de Deus como aquela que "recebe todos os que nela se refugiam e, por isso, se chama Mãe de Misericórdia". Expressão que certamente não terá deixado de influenciar D. Leonor e as Misericórdias, as quais bem cedo adotaram nas suas bandeiras identitárias a imagem da Senhora do Manto enquadrada pelo lema "Sub tuum praesidium confugimus, Sancta Deigenitrix" ("Sob a tua proteção nos refugiamos, Santa Mãe de Deus").

Aliás, nesse mesmo sermão da Purificação, Sto. António salienta que "A misericórdia é como a fêmea que guarda e protege os seus filhos", seguindo o mesmo pensamento do seu amigo e fundador S. Francisco de Assis, o qual, segundo o seu biógrafo, Tomás de Celano (*Vita* II,198), ao sentir que ia partir deste mundo, "tenha constituído Maria Advogada da (sua) Ordem e posto sob as suas asas, para os proteger e sustentar até ao fim, os filhos que em breve ia deixar".

Esta ideia e imagem, tão cara aos franciscanos, de Maria como mãe protetora, que, como as avezinhas, sob as próprias asas defendem e protegem os filhos, influenciou profundamente a memória coletiva e os temas de pregação e teologia dos frades menores, principais inspiradores das Misericórdias e da vocação assistencial das Ordens Terceiras por eles anteriormente criadas.

É certo que a representação da Senhora do Manto como mãe protetora

tem remotas origens na iconografia das igrejas cristãs orientais, tal como é igualmente certo que, no seguimento da descrição deixada por Cesário Heisterbach da visão de um monge de Cister a reconhecer sob o manto de Maria todos os membros da sua Ordem, os cistercienses e, mais tarde, os carmelitas, mercedários e outras Ordens ou mesmo famílias e corporações tomaram a imagem da Virgem do Manto como protetora das respetivas instituições.

Não é, porém, menos certo que, a partir da pregação e das práticas franciscanas, como por exemplo a de S. Bernardino de Sena, dinâmico promotor de Ordens Terceiras, Montepios e outras instituições e confrarias de assistência e de misericórdia, como a confraria do Gonfalone (estandarte), que ele mesmo criou em Roma em 1270 sob o signo e imagem da Virgem do Manto, esta tenha vindo a ser rapidamente assumida como representação da mãe protetora da humanidade e de todos os necessitados.

De facto, a mística franciscana de fraternidade universal, que, na abordagem da nossa história, Jaime Cortesão tão sabiamente identificou como Mística dos Descobrimentos, ou seja, do grande Encontro de Povos e de Culturas, que os franciscanos proporcionaram e promoveram, inspirou a prática adotada pelas Misericórdias de que a Senhora do Manto passasse a ser uma *Mater Omnium*, mãe de todos, e não especificamente apenas de alguns setores, famílias, grupos ou instituições da sociedade e da Igreja.

Esta marca franciscana de universalismo humanitário e humanista de D. Leonor, plasmado nos brasões heráldicos do pelicano de seu marido D. João II e da esfera armilar de seu irmão D. Manuel, terá certamente contribuído para que, mantendo-se os inspiradores símbolos devocionais, prevalentes no interior das suas igrejas e textos religiosos, de Nossa Senhora da Piedade em cuja capela na Sé de Lisboa a Misericórdia fora fundada, e da Visitação de Maria a sua prima Santa Isabel, cuja festa litúrgica a 2 de julho fora desde logo assumida como modelo e dia das Misericórdias, se viesse também desde cedo a firmar como símbolo institucional e processional das Misericórdias a Senhora do Manto, protetora de todos os necessitados através das obras de misericórdia de papas, cardeais, bispos, frades e outros religiosos, representados debaixo de um dos lados do manto, e de reis, rainhas, nobres e povo debaixo do outro lado, em expressiva manifestação das obras de misericórdia como um direito e obrigação de *omnium et erga omnes*, isto é, de todos e para com todos.

Aliás, este ADN de universalismo fraternista das Misericórdias, que os portugueses espalharam por todo o mundo lusófono como "casas abertas ao mar," é bem definido pelo dizer perspicaz de S. Francisco Xavier, na carta que em 28 de setembro de 1542 escreveu de Goa para Sto. Inácio de Loyola: "Haveis de saber que nesta terra e em todos os lugares de cristãos há uma companhia de homens muito honrados, que têm cargo de amparar toda a gente necessitada, assim aos naturais cristãos como aos que novamente se converterem. Esta companhia de homens portugueses se chama Misericórdia; é coisa de admiração ver o serviço que estes homens bons fazem a Deus Nosso Senhor em favorecer todos os necessitados."

Este meu trabalho, que definiria como simples apontamento, não visa particularmente o caráter de universalidade da missão das Misericórdias, nem tem a pretensão de fazer história da arte ou explorar os valores pictóricos e iconográficos deste ícone maior dessas instituições, sobre os quais entre nós magistralmente se têm pronunciado Vítor Serrão, Joaquim Caetano, Isabel Guimarães e outros mestres da arte.

Contudo, no intuito de apoiar esta tão oportuna iniciativa de redescobrir e valorizar a centralidade e essencialidade da presença ativa e, não raro, inovadora e determinante da mulher na vida passada, presente e futura das Misericórdias, julgo de salientar que a mulher está presente não apenas na participação ativa e atuante, mas na própria iconografia institucional das Misericórdias, sobretudo as de padrão lusófono.

Na verdade, como disse, logo desde a sua fundação as Misericórdias adotaram como oragos e símbolos devocionais precisamente as festas e invocações da Senhora da Piedade e da Visitação, os dois maiores símbolos e rostos femininos da misericórdia de Deus.

Quase de imediato, porém, e porventura por influência da iconografia das Misericórdias italianas, o símbolo iconográfico de identificação institucional e heráldica das Misericórdias e da sua missão passou a ser o da Senhora do Manto, convivendo com a já adotada iconografia devocional da Piedade e da Visitação. Assim, a bandeira das Misericórdias passou a integrar, cada uma de seu lado, as duas vertentes estabelecidas no compromisso original da novel "irmandade e confraria".

A Piedade e, principalmente, a Visitação, enquanto supremas expressões da virtude e espiritualidade da misericórdia, predominavam nos retábulos e altares das igrejas, bem como nas festas e atividades litúrgicas e penitenciais de confraria, ao passo que a representação institucional da Senhora do Manto ou das Misericórdias ganhava destaque sobretudo nos frontispícios das igrejas, hospitais e outros espaços ou atividades assistenciais e sociais da irmandade.

É assim que a Senhora do Manto, mais do que com o sentido de veneração religiosa através da imagem da Senhora da Piedade ou a da Visitação, se afirma sobretudo como símbolo institucional de proteção à obra e aos seus promotores a todos os níveis, como já acontecia no famosíssimo Políptico da Misericórdia, que Piero della Francesca pintara entre os anos de 1445 e 1472 por encomenda da Misericórdia de Sansepolcro, cidade onde hoje continua a ser visitado como uma das mais icónicas representações da Senhora do Manto e das mais emble-

O lugar da mulher na história e na iconografia da Senhora do Manto é elemento precioso para se reconhecer que o 'rosto masculino e feminino da humanidade' sempre existiu e foi reconhecido nas Misericórdias

máticas afirmações da Misericórdia como instituição.

Na verdade, no maior e central dos 23 painéis que constituem o Políptico, a Senhora é representada de braços abertos em sinal de proteção aos figurantes acolhidos sob o seu largo manto azul.

Ora essas figuras, tendo nos pilares laterais dois brasões identificativos da Misericórdia são, com a máxima probabilidade, dirigentes e servidores da Misericórdia.

A saber, do lado esquerdo, quatro homens com vestes e ar de pessoas destacadas, um dos quais é considerado o autorretrato do próprio pintor e outro um irmão da Misericórdia intencionalmente coberto com a tradicional "buffa" ou capuz negro usado pelos irmãos quando saíam em serviço para não serem reconhecidos nas suas pessoas, mas sim como enviados pela Misericórdia.

Do lado direito, quatro mulheres marcam a presença e participação feminina na prática das obras de misericórdia.

Tornou-se de certo modo comum que outras *Madonna della Misericordia* posteriores incluíssem mulheres, em representação ou de famílias, como, apenas por exemplo, a família Vespucci, na *Madonna* de Ghirlandaio, 1474, ou de instituições e ordens religiosas. Mas evoco aqui de modo particular a de Piero della Francesca, não só porque pintada expressamente para a Misericórdia e porque com muita probabilidade era conhecida pelo Cardeal de Alpedrinha e pelos portugueses de Florença e da Toscana, mas sobretudo porque é, talvez, a mais sugestiva como referência à presença e papel da mulher na vida e na obra das Misericórdias.

O lugar da mulher na história e na iconografia da Senhora do Manto é elemento precioso para se reconhecer que o "rosto masculino e feminino da humanidade" sempre existiu e foi reconhecido nas Misericórdias, independentemente das limitações impostas pela cultura e práticas sociais de cada época quanto à participação da mulher na vida pública e cívica, designadamente na estrutura e órgãos de direção das várias instituições.

Isso nunca impediu que, tal como D. Leonor e sua sobrinha, a Princesa D. Brites, que com ela também assinou o compromisso fundacional, tenham tido papel cimeiro na criação e real proteção às Misericórdias, das quais quase todas as rainhas com seus maridos se fizeram irmãs, seja na de Lisboa como em várias outras, nem tão-pouco estorvou a presença feminina, discreta mas intensa, tanto no apoio a maridos e filhos diretamente envolvidos em garantir e praticar as obras de misericórdia, como nos atos de culto por elas promovidos.

Aliás, apesar de durante séculos não terem assumido funções diretivas e de representação como irmãs ou provedoras, as mulheres, que foram amas de leite e encarregadas das rodas dos enjeitados, enfermeiras e dirigentes executivas nos hospitais, creches e infantários, mercearias, acolhimentos e asilos, bem como em quase todos os equipamentos e atividades diretamente assistenciais, são bem a marca do coração maternal e do sentimento de piedade das Misericórdias.

Na evocação da história do feminismo nas Misericórdias e da sua destacada presença iconográfica sob o manto protetor daquela "que a todos acolhe", avulta o nome e figura de D. Simoa Godinho (1530-1594), "mulher de cor preta, mas muy rica, nobre e principal da Ilha de S. Tomé, com quem casara certo fidalgo portuguez (D. Luís de Almeida), e vindo para Lisboa, havia ficado viúva e sem sucessão", a qual, além de erigir capela lateral para sepultura de seu marido e sua, na primitiva igreja da Misericórdia (parcialmente recuperada depois do terramoto como Igreja da Conceição Velha, em cujo frontispício se conserva o belo alto relevo original da Senhora da Misericórdia como Senhora do Manto), legou a sua enorme fortuna à Misericórdia de Lisboa e a obras pias aprovadas pela sua Mesa.

Muito longe de ser a única, D. Simoa é bem o exemplo maior do rol infindo de mulheres, que, em memória de gratidão, ocupam lugar de destaque nas galerias de retratos dos salões nobres das Santas Casas.

Em todas elas homenageando a excelsa presença da mulher na história e vida das Misericórdias, recordo apenas o exemplo historicamente paradigmático de D. Luzia Joaquina Bruce, emblemática benfeitora da Misericórdia do Porto, e aquela D. Maria portuguesa, emigrante minhota, que, ao saber do aflitivo apelo do então provedor da Misericórdia do Rio de Janeiro, por falta de recursos para atender os doentes, apareceu trazendo embrulhadas no seu tradicional lenço de cabeça minhoto todas as suas economias "para os pobres do hospital", gesto que ainda hoje é louvavelmente assinalado com o seu retrato pintado a óleo na galeria dos benfeitores da Misericórdia fluminense. Honra e glória a todas elas, as de ontem, de hoje e de sempre.

A partir da portaria de 1872 do governo liberal de Fontes Pereira de Melo, estabelecendo a obrigação de admitir nas irmandades indivíduos de ambos os sexos, a situação estatutária e a participação de mulheres na vida das Misericórdias têm vindo a ser gradualmente alargadas e valorizadas, sendo hoje perfeitamente normal encontrá-las não apenas nas enfermarias hospitalares, creches, infantários e lares de idosos, mas, felizmente, cada vez mais nas funções de mesárias e provedoras.

Assim, por um lado, alarga-se o espaço e sentido maternal e protetor do Grande Manto de Mãe, Manto de Misericórdia, e, por outro, promove-se na casa comum da família humana a igual dignidade e competência da mulher, cidadã, esposa e mãe, que em boa hora já encontramos nas cátedras e tribunas das mais altas chefias. E, já agora, porque não ainda no altar e no púlpito?

À glória de Cristo. Em louvor da Senhora do Manto, Nossa Senhora da Misericórdia. Ámen.

paulo buchinho

Rainha D. Leonor
A vanguardista dos direitos humanos

Maria de Belém Roseira

Maria de Belém Roseira é licenciada em Direito pela Universidade de Coimbra. Advogada e jurista, foi ministra da Saúde, ministra para a Igualdade e deputada em várias legislaturas. Neste âmbito foi presidente da Comissão Parlamentar de Saúde, proponente de várias iniciativas legislativas e membro da Assembleia Parlamentar ao Conselho da Europa. Foi também presidente da Assembleia Mundial de Saúde da Organização Mundial da Saúde e presidente do Partido Socialista. Presidiu, ainda, a Mesa da Assembleia Geral da UMP. É membro do Conselho das Antigas Ordens Militares. Entre outras distinções, foi-lhe atribuída pelo Presidente da República a Grã-Cruz da Ordem de Cristo em reconhecimento da sua carreira.

Por coincidência ou talvez não, escrevo este artigo já muito perto do início do mês de março durante o qual se comemora o Dia Internacional da Mulher, efeméride esta que só é assinalada por causa das desigualdades de estatuto de que a mulher ainda hoje continua a ser vítima.

E este artigo visa, precisamente, trazer de novo à tona, para que lhe seja prestado público reconhecimento, uma mulher, rainha de Portugal, a Rainha D. Leonor, enquanto fundadora das Santas Casas da Misericórdia, uma das mais antigas e notáveis instituições portuguesas.

Todos sabemos que o papel das mulheres na história da humanidade foi propositadamente apagado, fosse no domínio político, fosse no domínio cultural e científico. Contudo, a investigação que tem vindo cada vez mais a ser produzida traz à luz do dia as inúmeras realizações de relevo da autoria de mulheres – muitas vezes escondidas sob um pseudónimo masculino – que contribuíram para o desenvolvimento coletivo.

Mais uma razão para dar realce e visibilidade a uma mulher que nasceu em 1458 – por consequência numa época em que às mulheres estavam reservados papéis meramente secundários e sem visibilidade – e que soube ler a realidade do seu tempo e usar a sua posição e as oportunidades que a vida lhe deu, não para proveito próprio, mas antes para a construção de várias obras de interesse público. Sensível, visionária e vanguardista, criou o primeiro hospital termal do mundo em 1485 e, instada pelo sofrimento dos que à época tinham ficado para trás, idealiza e concretiza a notável instituição Santas Casas da Misericórdia, obra que dela fez uma mulher inapagável na história de Portugal.

Pelos seus atributos de formosura de rosto e de coração, chamaram-lhe a Princesa Perfeitíssima, casada que era com D. João II, o Príncipe Perfeito. Mas se este foi um visionário que alcandorou Portugal na liderança de um império de prestígio mundial, D. Leonor foi o amparo daqueles a quem a condição não sorriu. Até porque foi marcada por toda uma série de infortúnios pessoais que poderiam tê-la tornado revoltada, mas antes fizeram dela uma pessoa sensível ao sofrimento alheio.

É interessante recordar o discurso de Almeida Garrett, na Câmara dos Pares, em fevereiro de 1854, em defesa das Misericórdias em geral e da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa em particular:

"Temos em Portugal uma instituição que nos honra, que tem sido louvada, invejada por todos os povos, que é a melhor instituição que eu conheço, que nasceu com a monarquia, ou antes veio à luz na sua virilidade e robustez, que a acompanhou por todas as partes do mundo, que a seguiu aos mais remotos confins do globo, onde ela foi levar a cruz e a civilização, o evangelho e o comércio, a liberdade e as suas colónias. Em nenhum país da terra há instituição filantrópica superior, nem igual! Nenhuma nação teve ainda reis ou leis que fizessem de iguais instituições uma condição social tão genérica, tão uniforme e, por consequência, tão fácil de vigiar e fiscalizar."

Como se verifica, neste discurso encomiástico relativo às Misericórdias portuguesas e à sua originalidade, não há uma referência à sua fundadora.

E, no entanto, teria sido esta instituição possível, na sua missão institucional e no seu modelo organizacional, na época em que foi fundada (século XV) se não fosse por uma mulher? Creio que não, e justifico.

A Rainha D. Leonor, para além de cultíssima, era profundamente crente. Disso deu prova durante toda a sua vida e sobretudo no que pretendeu para a sua morte: uma campa rasa de fria e nua pedra, num lugar de passagem para que todos a pisassem, no claustro do Mosteiro da Madre de Deus, em Xabregas, apenas com o seu nome inscrito e sem qualquer referência a título nobiliárquico ou honorífico.

Não poderia, pois, ser-lhe indiferente a miséria que grassava pelo país devido aos esforços de natureza vária que foi necessário envolver na epopeia das Descobertas. Na verdade, esta só foi realizável graças ao conhecimento científico da época, em grande parte detido pelos judeus que eram, também, os seus grandes financiadores, e mercê do recrutamento e mobilização dos homens cuja força física era indispensável à navegação.

Com os naufrágios, por um lado, e a necessidade de povoar os novos mundos que se deram ao mundo, por outro, essa força humana ou perecia ou não regressava a Portugal. Em consequência, as situações de viuvez e orfandade, bem como o abandono do cultivo dos campos sem braços para os trabalharem, deram origem a uma miséria muito dura e alargada que fez acorrer às cidades, e designadamente à cidade de Lisboa, multidões de desvalidos em busca de trabalho e pão.

Foi com este contexto de grande e pungente sofrimento social daqueles com quem apenas foram partilhados os custos e não as riquezas decorrentes dos Descobrimentos que a Rainha D. Leonor se confrontou e a ele não ficou indiferente. Inspirada pelo seu confessor Frei Miguel Contreras, concebeu a criação das Misericórdias como instituição amparadora da tragédia humana que observava, tendo começado pela de Lisboa e, logo a seguir, a do Porto, num movimento que se espalhou pelo país e, progressivamente, por todos os domínios portugueses no mundo.

De notar, contudo, que a Misericórdia de Lisboa foi fundada em 1498. Não por acaso, quando seu irmão, o Rei D. Manuel, se encontrava em Espanha e ela era regente do reino. Detinha, pois, o poder executivo e exerceu-o fundando uma instituição que tinha como missão a prática das 14 obras de misericórdia – sete corporais e sete espirituais – e cujos estatutos, inspiradamente chamados de compromisso, estabeleciam que a sua gestão pertencia aos leigos e não à Igreja, através de um órgão chamado de Mesa, o que faz apelo à partilha do alimento, fosse ele corporal ou espiritual.

De sublinhar que, de acordo com o compromisso, deste órgão de gestão não podiam fazer parte pessoas que tivessem "precisão" da ação da Santa Casa. Esta era a forma de garantir que trabalharia em prol daqueles para cujo amparo tinha sido

criada, os necessitados, e não para os que mandavam na instituição.

Repare-se, portanto, na filosofia deste modelo:

• Distribuição da riqueza por quem a detinha a favor dos mais carenciados, pois os ricos foram os grandes financiadores das Misericórdias, quer em vida quer por morte, através de generosas doações e legados que realizavam. Seguindo, aliás, o exemplo da rainha que punha os seus avultados bens ao serviço das causas que defendia, pois levava uma vida modesta e sem apego aos bens materiais;

• Transparência na gestão, porque era feita por quem não precisava de roubar porque muito tinha e ser provedor da Misericórdia era um lugar de prestígio que não podia ser manchado;

• Separação entre a Igreja e o Estado, em época em que o poder secular e o poder temporal estavam interligados;

• Ação exercida de forma transversal e não vertical (14 áreas de ação), o que corresponde a uma visão da abordagem global da pessoa e dos seus problemas que só modernamente começa a ser inserida na formulação das políticas públicas, estando, contudo, ainda longe de se constituir como prática alargada e integrada na ação.

Considero que prioridades desta natureza não constituiriam a preocupação, à época, do exercício do poder no masculino. Este estaria mais centrado no domínio puro do poder político e na construção de alianças para a sua conservação e expansão, independentemente das consequências sociais.

Considero, ainda, que a Rainha D. Leonor, várias vezes regente do reino ao longo da sua vida, sabia que tomar a decisão de criar instituições com um modelo com estas características só poderia ser feito quando detivesse o poder sem constrangimentos, colocando todo o seu prestígio e autoridade na sua justificação.

Tinha, pois, razão Almeida Garrett quando afirmava: "Em nenhum país da terra há instituição filantrópica superior, nem igual!"

Como acima referi, ser provedor de Misericórdia, ou mesmo apenas membro da sua Mesa Administrativa, era uma função de enorme prestígio social. Tinha lugar reconhecido no protocolo, nacional ou local. Razão pela qual o desempenho dessas funções por mulheres, que era admitido no início – ou não tivesse sido o movimento de iniciativa de uma mulher –, foi interditado pouco depois e só muito recentemente entrou na normalidade.

Na verdade, de acordo com um artigo científico de 2015, da autoria da historiadora Maria Antónia Lopes, intitulado "Musealizar misericórdias conhecendo a sua história":

"Inicialmente, podiam ingressar nas Misericórdias, como em qualquer outra irmandade, homens e mulheres sem número limite. Depois de 1577 o novo compromisso de Lisboa impôs *numerus clausus* e interditou a admissão de mulheres, judeus, menores, assalariados e analfabetos. O processo de elitização é evidente. Mas em muitas povoações era impossível preencher a irmandade se fossem excluídos os iletrados. Por isso eles serão uma presença vulgar nas terras mais pequenas. Quanto ao cristãos-novos, 'pese embora a proibição (...), aqui e ali continuaram a admitir-se, provando a permeabilidade existente, a dificuldade em os segregar definitivamente e o esforço que os descendentes dos judeus convertidos à força faziam para ocultar a sua origem, utilizando, entre outras estratégias, a ostentação do estatuto de irmãos de uma Misericórdia'. Foi o Marquês de Pombal que, pela lei de 25 de maio de 1773, proibiu a discriminação dos cristãos-novos, o que se patenteia nos compromissos das Misericórdias anteriores a essa data, onde as interdições raciais se encontram truncadas. Também se sabe que houve algumas exceções em relação às mulheres, chegando a haver provedoras, como aconteceu no século XVII pelo menos nas vilas da Feira e de Aldeia Galega do Ribatejo (atual Montijo), e que numa data tão tardia como 1818, a Misericórdia do Mogadouro acolhia mulheres como membros da irmandade. Será só a partir do último terço do século XIX que as mulheres passam a ser legalmente admitidas em algumas Misericórdias, num difícil processo que em alguns casos se prolongou até à década de 1980."

Na verdade, apenas nos finais do século XX se regista a alteração deste paradigma.

Transcrevo aqui, também, o excerto de um artigo publicado em 2007 no Voz das Misericórdias, cuja leitura é muito elucidativa:

"Helena Serra, provedora da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira, abriu o caminho. Há 29 anos foi eleita provedora, quando nos estatutos da União das Misericórdias Portuguesas (UMP) ainda não estava prevista, sequer, a presença feminina nas Mesas Administrativas. 'Você não pode ser provedora', foi o que Helena Serra ouviu do então presidente da assembleia-geral da UMP, José Manuel Basso. Contudo, a escolha dos irmãos daquela Santa Casa era legítima. Assim, os estatutos foram revistos para que elas pudessem liderar os corpos sociais."

Atualmente, e de acordo com informação amavelmente fornecida pelo Gabinete de Comunicação e Imagem da União das Misericórdias Portuguesas, "em 2021 tínhamos 69 provedoras no território nacional, sendo que Bragança é o único distrito onde há apenas provedores. Sabemos que o número tem vindo gradualmente a aumentar ao longo dos anos. Em 2004 eram 18, em 2007 tínhamos 36 e hoje são 69 as senhoras à frente das Mesas Administrativas. Sobre o número de mesárias, não conseguimos apurar quantas são, mas sabemos, por observação e troca de impressões, que são cada vez mais. A primeira provedora no século XX foi Helena Serra, de Albufeira, cuja tomada de posse foi em 1978".

Enquanto presidente que fui da Mesa da Assembleia Geral da União das Misericórdias Portuguesas durante vários mandatos, foi para mim muito interessante assistir à progressiva feminização deste universo. Não porque ele seja ou deva ser um especial reduto para as mulheres, mas, simplesmente, porque foi preciso chegarmos ao século XX para que, mercê do princípio da igualdade consagrado na Constituição portuguesa de 1976, as mulheres tivessem podido recuperar um direito que já lhes pertencia no século XV, quando o movimento das Misericórdias foi fundado pela Rainha D. Leonor, e lhes foi expressamente vedado em 1577.

Aquilo que hoje nos parece inimaginável e absurdo de acordo com os padrões atuais, já o era há mais de cinco séculos para a vanguardista dos direitos humanos, a Rainha D. Leonor, a Princesa Perfeitíssima. /

História
Ação das Misericórdias não teria sido possível sem as mulheres

Maria Antónia Lopes

Maria Antónia Lopes é doutora em História Moderna e Contemporânea pela Universidade de Coimbra e professora associada com agregação da Faculdade de Letras dessa universidade, onde dirige o doutoramento em História. É investigadora integrada e membro da direção do Centro de História da Sociedade e da Cultura e colaboradora do CEIS20. Tem-se dedicado à história das Misericórdias, com publicações em Portugal e no estrangeiro. Integrou a comissão científica dos "Portugaliae Monumenta Misericordiarum", desde a constituição à conclusão, e, nesse âmbito, foi autora de estudos e coordenadora de dois volumes.

Num processo de acentuada elitização que se explica pelo enriquecimento, prestígio e poder crescentes, no seu compromisso de 1577 a Misericórdia de Lisboa impôs *numerus clausus* de irmãos que seriam obrigatoriamente maiores de 25 anos, sem sangue judeu, não assalariados, alfabetizados e com tempo livre. Mas, como salientou Ana Isabel Silva em 2017, "nenhum dos compromissos de Lisboa (1498-1516, 1577 e 1618) proibia expressamente a admissão de mulheres [...]. No entanto, abundam naqueles regulamentos referências exclusivas a irmãos do sexo masculino, quer diretas [...] quer indiretas". De facto, as mulheres foram arredadas dessa e das outras Misericórdias, ao contrário da prática generalizada de confrarias e ordens terceiras. Subsistiram, contudo, algumas exceções em Santas Casas de pequena dimensão, como em Sarzedas no século XVIII, Gouveia e Melo nos séculos XVIII e XIX ou Mogadouro no século XIX. Houve, até, mulheres provedoras, situações que se conhecem nas Misericórdias do Montijo, de Arcos de Valdevez e da Feira no século XVII e, já na centúria seguinte, na Santa Casa de Pombal.

Deve-se ao primeiro governo de Fontes Pereira de Melo, por portaria de 6 de dezembro de 1872, de António Rodrigues Sampaio, ministro do Reino, a obrigação de admitir como "irmãos os indivíduos de ambos os sexos", cláusula a inscrever nos futuros compromissos das Misericórdias, vedando embora às mulheres capacidades eleitorais e – cumprindo-se o enquadramento legal da época – exigindo às casadas a autorização dos maridos.

A inclusão de mulheres nas Misericórdias tinha antecedentes (longínquos e próximos). Em 1797, por falta de irmãos que cumprissem as obrigações do compromisso, a Mesa da Misericórdia de Lisboa obteve autorização para que o governo do Recolhimento das Órfãs, do Hospício do Amparo e do Hospital dos Expostos fosse assumido por senhoras nobres. Pela primeira vez, as mulheres dirigiam importantes estabelecimentos da Santa Casa. Em 1800, surgiu, também em Lisboa, a Real Ordem de Santa Isabel, constituída por 26 fidalgas, que tinha por objetivo superintender ao governo do Hospital dos Expostos. Esta associação teve, porém, existência efémera.

No século XIX, as mulheres das elites iniciavam-se na direção de atividades benemerentes, consideradas aptas para um sexo que era agora idealizado como meigo e cuidador. Invoque-se o Projeto de Regulamento de Saúde debatido nas Cortes Constituintes de 1821-22, que apelava à colaboração das senhoras, "muito mais próprias para vigiarem sobre o bom tratamento dos expostos cujas urgentes precisões reclamam a sua natural sensibilidade". Ou, outro exemplo, a prática da Misericórdia de Bragança entre 1865 e 1871, fornecendo tecido às senhoras da cidade a quem pedia a confeção de roupas para os pobres, fazendo delas, portanto, colaboradoras ativas da confraria.

Tais inovações prepararam as Misericórdias para o acolhimento das mulheres imposta em 1872. Contudo, muitas tornearam a lei, restringindo as mulheres a um número restrito, ou aceitando-as apenas na categoria dos irmãos honorários e benfeitores. Noutras, embora os compromissos não as excluíssem, terão sido aplicados meios dissuasores à sua entrada, pois várias destas irmandades continuaram a ser exclusivamente masculinas até meados do século XX, chegando a resistir aos valores de igualdade de género trazidos pelo 25 de Abril. Em maio de 1974, a Direção-Geral da Assistência Social intimou algumas Misericórdias a mudar procedimentos porque persistiam em não admitir mulheres ou em exigir autorização dos maridos para o ingresso das casadas.

Casos de maior abertura também se encontram e logo nos anos vinte: em 1927, a Misericórdia da Murtosa, fundada no ano anterior, tinha no seu seio mais mulheres do que homens; a Misericórdia de Elvas consignou a elegibilidade das mulheres em 1926; e no 2.º Congresso das Misericórdias, realizado no Porto em 1929, foi aprovada por unanimidade uma recomendação de concessão de igualdade de direitos e deveres aos confrades do sexo feminino, mas que a maioria das Misericórdias decidiu ignorar.

Trabalhadores e rendimentos das Misericórdias

Continua a divulgar-se que antes do século XX as mulheres não produziam, não se inseriam no mercado laboral, não detinham direitos de propriedade; que como seres frágeis que eram, estavam à mercê dos homens da família, não detendo capacidades legais sobre as suas pessoas, atividades e bens. E por mais aberrante que tal categorização seja, impregna o imaginário atual, indiferente ao que a investigação histórica comprova.

A maioria dos estabelecimentos de assistência não funcionava sem o trabalho feminino e, por isso, desde a sua origem, a ação das Misericórdias não teria sido possível sem as mulheres. De facto, como conseguiriam essas instituições manter hospitais sem enfermeiras, cristaleiras, cozinheiras, padeiras, roupeiras, lavadeiras, serventes? Assistir aos presos sem as trabalhadoras que asseguravam a cozedura do pão, a confeção dos alimentos, a lavagem das roupas? Acolher jovens e adultas em recolhimentos sem regentes, porteiras e criadas? Distribuir esmolas em panos ou roupa sem fiadeiras, tecedeiras, costureiras, adelas? Socorrer os enjeitados sem rodeiras e as centenas ou milhares de amas que acorriam às rodas?

Mas não era apenas pelo trabalho que as mulheres contribuíam para a viabilidade das Misericórdias. Pensemos na sustentação económica destas instituições. Teriam enriquecido no mesmo grau, em imóveis e capitais, se só os homens houvessem testado em seu favor? Se as mulheres não tivessem, como tinham, atributos de proprietárias e de testadoras iguais aos dos homens? Como seria garantido o financiamento regular

das Misericórdias sem as rendas das terras, fruto do trabalho conjunto de homens e mulheres? Até que ponto teria diminuído o valor das rendas dos prédios urbanos de que auferiam as Santas Casas se as inquilinas fossem todas despejadas? Ou o montante dos juros da atividade creditícia (quase sempre a principal receita das Misericórdias nos séculos XVIII e XIX) se os empréstimos fossem vedados às mulheres solteiras e viúvas ou se as casadas não permitissem as hipotecas dos bens do casal? E, finalmente, como se procederia ao financiamento das rodas dos expostos sem os impostos indiretos e diretos que eram pagos por todos?

Para que se entenda melhor o que acaba de ser dito, creio ser necessário explicitar pelo menos dois assuntos: como funcionavam a assistência aos expostos e a enfermagem hospitalar antes do século XX.

Em Portugal, o socorro aos expostos pertencia às câmaras municipais e era financiado por contribuições públicas. Contudo, algumas Misericórdias, a começar pela de Lisboa, estavam obrigadas a esse serviço porque haviam incorporado hospitais que já tinham o encargo antes de ser atribuído aos municípios em 1521. Além dessas, mas a título facultativo, várias Misericórdias (Porto, Coimbra, Santarém, etc.) encarregaram-se dos expostos, embora não arcassem com as despesas, que continuavam a ser suportadas por tributos arrecadados pelos órgãos municipais.

As crianças eram deixadas nas rodas dos expostos, junto às quais permanecia sempre uma rodeira e, nas mais movimentadas, algumas amas internas. Logo que possível, entregavam-se a amas de leite que as criavam em suas casas a troco de salário. Aos 12 ou 18 meses cessava a criação de leite, mantendo-se o pagamento às amas até as crianças completarem sete anos. Depois desta idade, como todos os meninos e meninas pobres, deviam trabalhar para pagar sustento e alojamento. Como se percebe de imediato, se retirarmos os serviços administrativos, era o trabalho feminino que assegurava esta vertente assistencial.

Diga-se, também, o que é por demais evidente, mas ainda gera confusões, que as rodas dos expostos nada têm a ver com as dos conventos. Estas serviam para fazer entrar e sair do edifício cartas e pequenos volumes sem que as freiras vissem o interlocutor nem fossem vistas. Com o mesmo objetivo se adotou esse mecanismo para os expostos e, tal como a religiosa que se postava no interior junto da roda era chamada rodeira, assim o era também a funcionária da roda dos enjeitados. Diga-se, ainda, que ser freira era um modo de vida das elites e nenhuma dessas senhoras estaria disposta a cuidar de bebés. Nem dos filhos cuidariam, se tivessem casado; muito menos de crianças cujas origens se desconheciam. As mesmas razões de *status* tornavam impossível que se dedicassem aos doentes dos hospitais. Além disso, o imperativo da clausura total e perpétua implicava a proibição de sair do convento e de serem vistas por pessoas do exterior. Basta esta circunstância para que tenhamos de formular a questão óbvia: como seria possível às freiras desempenhar algum papel social na comunidade?

Quando as Misericórdias surgiram não pretendiam gerir hospitais, mas logo no reinado de D. Manuel I, e sobretudo no seguinte, anexaram alguns, sendo paradigmática, em 1564, a integração do Hospital de Todos-os-Santos, o maior do país, na Misericórdia de Lisboa. O movimento prosseguiu e, em meados do século XVIII, a maioria dos hospitais portugueses era já administrada pelas Misericórdias – o que fazia sentido, porque os hospitais eram instituições de assistência destinadas aos pobres. A enfermagem era exercida por homens e mulheres sem formação, considerados pessoal menor, sendo imprescindível a contratação de enfermeiras, pois era impensável que homens cuidassem de enfermas. As enfermeiras trabalhavam nas enfermarias femininas e os enfermeiros nas masculinas.

Só nas últimas décadas do século XIX surgiram em Portugal, vindas do estrangeiro, as primeiras religiosas de vida ativa, cujos serviços foram aproveitados por algumas Misericórdias, sobretudo nos hospitais, embora a opção fosse contestada por certos setores da opinião pública ou mesmo no seio das Misericórdias. Compelidas a secularizar-se, no início da Primeira República, as religiosas abandonaram os serviços de enfermagem, mas regressaram rapidamente, reassumindo ou assumindo pela primeira vez essa tarefa em vários hospitais, embora ainda uma minoria. Foi no Estado Novo que a contratação de enfermeiras religiosas para os hospitais das Misericórdias se tornou prática usual.

As socorridas

Por fim, observe-se o universo dos socorridos. Entre os pobres assistidos pelas Misericórdias, na grande maioria urbanos, as mulheres foram uma presença constante. Não porque não trabalhassem, mas porque o sistema, que lhes vedava o ensino oficial, os empregos públicos e os ofícios privados qualificados, produzia elevados contingentes de pobreza feminina. Além disso, as mulheres eram o alvo por excelência do controlo social exercido pela elite beneficente, empenhada no ajustamento dos seus comportamentos àquilo que consideravam ser a conduta da mulher digna. Assim, as Misericórdias reservavam às mulheres respostas assistenciais múltiplas, desde o socorro da fome e da doença ao disciplinamento. Refiram-se as enfermas hospitalizadas, as jovens candidatas a dotes de casamento, as entrevadas, as merceeiras, as peregrinas ou viajantes, as órfãs em internato, as chamadas "arrependidas" e as também chamadas "pobres envergonhadas", as presas das cadeias comuns, as depositadas compulsivamente em recolhimento, as que suplicavam que lhes enterrassem os familiares por não terem recursos para tal, as peticionárias de esmolas de dinheiro para matar a fome, de roupa para se cobrirem, de visita médica, de remédios da botica, de subsídios de lactação, etc.

Direi, portanto, e em suma, que embora durante séculos as mulheres tivessem sido impedidas de integrar as Misericórdias na qualidade de irmãs, essas instituições não teriam funcionado sem elas, sendo impossível compreender o que foram as Misericórdias se omitirmos a sua presença. /

Rede social
Sementes lançadas por mãos femininas

Isabel Figueiredo

Isabel Figueiredo é licenciada em História e trabalha na Rádio Renascença desde 1990, onde é diretora de conteúdos religiosos. Diretora do Secretariado Nacional das Comunicações Sociais, tem vários títulos publicados, entre os quais uma coletânea de apontamentos escritos para a RFM, com o título "Vale a Pena Pensar Nisto", "Via-Sacra com Maria" e "Linhas Tecidas com Tempo". É casada, mãe de três filhos e avó de um neto.

Há sempre um sentimento de gratidão quando nos convidam para participar num projeto que em muito nos ultrapassa, quer pela realidade que traduz, quer pela companhia que encontramos ao nosso lado, estejamos a partilhar o palco de um auditório, uma mesa redonda sobre algum tema ou as páginas de um livro. Também por esta razão, quero começar exatamente por formalizar a minha gratidão pelo convite que me foi feito para participar nesta publicação, sob o título 'Misericórdias no Feminino' e, mais explicitamente, com o tema "Rede social: a importância das Misericórdias para a vida profissional das mulheres".

Honrada pelo convite gostaria também de deixar claro que o extraordinário universo das Misericórdias não faz parte do meu dia a dia, nem da minha vida profissional. No entanto, acredito que a minha formação em História me permita um outro olhar para aquilo que as Misericórdias representam em termos de património histórico, humano, artístico, solidário e inovador. Por outro lado, o facto de trabalhar no mundo da comunicação social há cerca de 30 anos levou-me de imediato a procurar informação sobre as Misericórdias e a encontrar uma definição sobre o conceito de 'rede social'.

No *site* da Segurança Social a definição é clara: "A rede social é um programa que incentiva os organismos do setor público (serviços desconcentrados e autarquias locais), instituições solidárias e outras entidades que trabalham na área da ação social, a conjugarem os seus esforços para prevenir, atenuar ou erradicar situações de pobreza e exclusão e promover o desenvolvimento social local através de um trabalho em parceria." E na minha busca pelo mundo digital encontrei *sites* atualizados, utilização regular e com qualidade das redes sociais, histórias de vida contadas em vídeo, notícias. E mulheres, muitas mulheres!

Mas ainda em jeito introdutório, gostaria de partilhar que a matriz cristã das Misericórdias faz ecoar no meu coração de crente a tão conhecida lista de obras de misericórdia que muitos de nós aprendemos na catequese e que tão bem traduzem o que Jesus nos pediu em vida e, que ao longo dos séculos, milhares de homens e mulheres procuraram honrar, tantas vezes com as suas próprias vidas. A escrita deste texto fez-me pensar em como as obras de misericórdia, corporais e espirituais, oferecem a visão de um equilíbrio permanente entre o corpo e a alma, que permanece surpreendentemente atual, quer nas necessidades, quer nas consequências que delas advêm para os próprios e para todos os que usufruem da sua prática.

Diria que somos verdadeiramente privilegiados por termos na nossa história "uma" Rainha D. Leonor que, em 1498, fundou a Misericórdia de Lisboa. Apesar de todos os relatos, que já se escreveram sobre aquele período, dificilmente conseguiremos imaginar as reais condições de vida de uma cidade que, apesar da expansão marítima que nos trouxe mundo e riqueza, vivia a pobreza e a miséria numa dimensão nunca vista.

Julgo não estar a exagerar na ficção das palavras, ao sugerir o espanto da Rainha D. Leonor se pudesse adivinhar que, ao dia de hoje, e segundo o que está escrito no *site* da União das Misericórdias estão atualmente ativas em Portugal 387 Misericórdias, que "apoiam diariamente cerca de 165 mil pessoas e, para o efeito, contam com mais de 45 mil colaboradores diretos".

Não conseguimos erradicar a pobreza, nem a doença, nem deixámos de ter viúvas e órfãos. Mas as Misericórdias não pararam de se multiplicar, potenciaram extraordinariamente o número de ajudas, criaram novas valências e sente-se uma permanente e determinada vontade de renovação.

E é aqui, nesta vontade permanente e determinada de renovação, que me situo ao falar sobre a importância das Misericórdias para a vida profissional das mulheres, partindo dos pontos que

caracterizam o conceito de rede social. Entre as diversas tarefas que desempenho no meu local de trabalho, há uma que faço com um gosto muito especial, que é a de acompanhar todas as campanhas de solidariedade de que a Renascença foi pioneira, enquanto órgão de comunicação social, e que se continuam a fazer de forma regular há mais de 25 anos.

Este trabalho tem-me permitido conhecer inúmeras instituições, muitas delas Misericórdias, e sentir quase de forma palpável o papel das mulheres nestas instituições, numa transição tantas vezes natural de um trabalho voluntário para um trabalho profissional. Acompanhei equipas constituídas por mulheres de gerações diferentes. Recentemente tenho sido surpreendida por um número crescente de raparigas e jovens mulheres, profissionalmente muito qualificadas, que se entregam de alma e coração a trabalhos sempre exigentes, estejamos a falar de idosos, de crianças com deficiência ou de jovens em situação de risco. Quase parece que na linha da frente, sem medos, nem complexos, avançam neste caminho de desenvolvimento social que todos desejamos teoricamente, mas que é tão mais complexo na prática do dia a dia.

Aconselho vivamente a quem ainda não o fez, a ver a série de vídeos que estão disponíveis no *site* da União das Misericórdias e que se agrupam sob o título "A Vida dos Outros". Em poucos minutos ficamos com uma ideia clara sobre a riqueza que temos entre nós, se calhar para muitos, desconhecida. A diversidade de respostas sociais dadas pelas Misericórdias, a pluralidade de pessoas que dão e que recebem, a alegria que se consegue sentir apesar da velhice, da doença ou da pobreza são surpreendentes e consoladoras.

Mas voltando à questão da capacidade das Misericórdias terem um papel ativo e decisivo nas mulheres, cuja vida profissional se situa no âmbito do desenvolvimento social, uma reflexão sobre o passado e um olhar sobre o presente ajudam-me a concluir que, de uma forma geral, as questões que se situam no plano das carências encontram uma resposta diferenciada e diferenciadora na razão e no coração de uma mulher. Não é mais, nem é menos, é diferente. Não será certamente a dimensão da maternidade, não é condição de exclusividade. Também não gostaria de me focar nas questões da sensibilidade. É quase orgânico.

As Misericórdias são a evidência disto mesmo. Basta passar um olhar atento pelas redes sociais para o perceber. Diria que é sempre preciso uma boa semente e um terreno fértil, rasgado e cultivado para termos frutos, capazes de se tocarem, de se mastigarem e saborearem. De alguma forma, as Misericórdias têm sido, ao longo dos séculos, este terreno fértil que é preciso cuidar, regar, inovar. E neste terreno, as sementes são lançadas, de forma regular, permanente, cuidadora, por mãos femininas. Não é uma conclusão sentimental, nem superficial. É o que vejo com cuidado, o que leio com tempo, o que escuto de forma isenta, mas atenta.

Não poderia terminar sem partilhar uma outra reflexão que a escrita deste pequeno texto me proporcionou, isto é, há sempre um outro lado da moeda e penso nos milhares de mães, de filhas, de cuidadoras que deixam os seus filhos, os seus pais, as suas madrinhas entregues ao cuidado de uma valência de uma Misericórdia. Penso nas filhas, que conseguem trabalhar todo o dia porque sabem que a sua mãe, que vive sozinha, vai receber a visita diária da uma equipa profissional, capaz de um sorriso, de um toque de ternura; penso nas jovens mães, que deixam os seus bebés tranquilas e enfrentam cargas horárias de trabalho excessivas; penso em tantas senhoras que, apesar do peso dos anos, têm a seu cargo a capela da sua terra e mostram com orgulho as obras de recuperação de um património único... todas elas, de formas tão diferenciadas, usufruem da essência da natureza das Misericórdias, numa permanente reconstrução que visa sempre o futuro, nunca esquecendo o passado.

A vida profissional das mulheres é uma realidade objetiva, assim como a rede social é uma realidade conquistada. O reconhecimento de ambas, na relação fecunda que existe entre elas, desde a criação da primeira Misericórdia em Portugal, é um motivo de alegria e gratidão para todos nós, que falamos português, que nos orgulhamos da nossa terra, dos nossos valores, do nosso património, da nossa história, da nossa gente.

Liderança
Erguer alicerces pelo exemplo de quem é capaz

Maria Amélia Ferreira

Maria Amélia Ferreira é médica, professora catedrática aposentada da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto (FMUP). Tem pós-graduação em Educação Médica (Universidade de Cardiff) e mestrado em Educação Médica (Universidade de Lisboa). Ex-diretora da FMUP (2014-2018). Criou e dirigiu o Centro de Educação Médica da FMUP (2002 a 2014). É provedora da Santa Casa da Misericórdia de Marco de Canaveses desde 2012 e presidente do Secretariado Regional do Porto da UMP. Foi condecorada pelo Presidente da República com a Ordem de Mérito pelas funções de consultora para a saúde da Presidência da República.

E

Esta reflexão visa analisar a progressiva presença de liderança das mulheres nas Misericórdias portuguesas, no âmbito da economia social. E não podemos iniciar esta reflexão sem a referência à fundadora das Santas Casas da Misericórdia. A primeira Misericórdia foi fundada em Lisboa, por ação da Rainha D. Leonor, em 1498. A esta fundação seguiram-se muitas outras, transformando-as em presença de grande importância em diferentes territórios de administração portuguesa. Foram resultado de uma liderança de reconhecimento, de cumprimento de objetivos de serviço aos mais frágeis.

Todavia, este contexto de liderança ainda hoje está longe dos indicadores de igualdade de género na gestão das Santas Casas. Verificando-se que os atos de benemerência foram, em grande número, realizados por mulheres, estas não têm vindo a assumir de modo significativo a liderança das instituições. É pelos atos da benemerência que as mulheres têm tido papel predominante, o que, segundo Mariano Cabaço (2022), se deve à sobrevivência aos seus cônjuges, usufruindo de fortunas que doam generosamente às Misericórdias. E a generosidade, tal como a misericórdia, é um termo feminino. Contudo, a presença masculina prevalece por séculos nestas instituições, nomeadamente nos mais altos cargos. Acresce que durante muitos anos as mulheres foram excluídas dos corpos sociais das Misericórdias, sem acesso à sua liderança. Apesar de algumas exceções, só a partir do final do século XIX é que as mulheres passam a ser legalmente admitidas em algumas Misericórdias, onde a liderança não era situação considerada possível. Nos finais do século XX começa a vislumbrar-se a alteração desta situação.

Corroborando as informações transcritas no trabalho elaborado por Maria de Belém Roseira, há que reforçar neste ensaio de liderança que, de acordo com informação fornecida pelo Gabinete de Comunicação e Imagem da União das Misericórdias Portuguesas (UMP), a evolução da liderança tem sido lenta. Em 2000, o número de provedoras distribuídas pelos diferentes distritos era 29; já os números de 2010 e 2020 são, respetivamente, 44 e 68, também com uma distribuição muito diferente entre os distritos. Sendo já assumido um "ganho", é ainda parca a feminização na liderança das Misericórdias, cuja distribuição se encontra representada nos mapas seguintes (página 37).

Na publicação "Onde param as mulheres? Presença feminina nas organizações em Portugal 2015" (Estudo Informa D&B, março 2015) são apresentados os seguintes valores relativos à presença feminina no setor social e cooperativo – Misericórdias: 79% - funções de direção feminina; 19% - funções de gestão feminina; 11% - liderança feminina.

A situação não é muito díspar do contexto nacional de lideranças em organizações onde as mulheres, representando 48,6% da população ativa em Portugal, ocupam apenas 27,4% dos cargos de liderança (desempenho da gestão nas organizações).

É notória a evolução da presença progressivamente mais significativa de mulheres nas Misericórdias portuguesas. Se em contexto de "normalidade social" já é uma temeridade assumir esta liderança, é evidente a coragem assumida nos últimos anos quanto à participação das mulheres nas organizações do setor social, tendo em conta o contexto de pandemia ("Igualdade de Género", Ana de Freitas), assinalando-a como um dos 17 Objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Em março de 2019, o jornal Voz das Misericórdias publicou uma peça que é um olhar sobre esta situação, assinalando que "nas 387 Misericórdias ativas em Portugal, que apoiam cerca de 165 mil pessoas e que contam com mais de 45 mil colaboradores diretos, mais de 80% destes são mulheres". Estão na linha da frente no cuidar do setor mais frágil da sociedade portuguesa. É liderança afetiva. E, em 2021, 69 destas Santas Casas são lideradas por mulheres: as provedoras.

Ainda que, cada vez mais, a sociedade esteja mais consciencializada sobre a importância da igualdade de género, "é com demasiada frequência que (...) a maioria são homens". Esta situação é plasmada no contexto de liderança masculina nas Misericórdias portuguesas. Contudo, as Misericórdias são femininas, com uma força laboral composta maioritariamente por mulheres. São mulheres, são mães, são mestres na arte de cuidar e de se dar. Estou certa de que a corporização da esperança da humanidade é a mulher. Sem ela, ocorreria muito mais rapidamente a exterminação massiva dos nossos mais frágeis, em tempo de desafio pandémico de Covid-19. E quantas de todas elas tiveram momentos na vida em que, fazendo um balanço, sentiram que ficaram muito aquém dos seus sonhos. Para se dar, para cuidar dos outros.

O cenário parece estar em mudança, pois em 2020 já 68 mulheres são provedoras nas Misericórdias portuguesas, ganhando espaço e respeito. Ser mulher é sinónimo de determinação e esforço. A liderança feminina é caracterizada por

2000

2010

2020

Os resultados de alguns estudos sugerem que a liderança feminina se caracteriza por alguns desafios, nomeadamente as dificuldades a nível pessoal, familiar e profissional

parâmetros bem reconhecidos nas nossas provedoras: orientação para as pessoas, tendência à cooperação, capacidade de executar múltiplas atividades, liderança inclusiva, predomínio da empatia, maior predisposição à mudança.

Contudo, conforme assinalado por Alcides Monteiro no trabalho "As mulheres na economia social: no centro da ação, longe da decisão" (agosto de 2021), assinala-se que "face ao imobilismo da realidade, é crucial que as organizações da economia social assumam para dentro o que têm defendido para fora, nomeadamente no que concerne à promoção da igualdade e da equidade, na luta contra a discriminação e a desigualdade". O relatório "Retrato da Mulher no Setor Cooperativo Português" (CASES, 2021) assinala exatamente estes aspetos diferenciadores relativos à liderança onde, no conjunto dos órgãos sociais, é mantida a predominância masculina.

Misericórdia é mulher. As mulheres têm forte presença nas organizações da economia social e solidária. Apesar da forma desigual das posições de liderança, o terceiro setor tem vindo a desempenhar um papel importante na criação de oportunidades para as mulheres. Por questões estruturais da sua neurobiologia: as mulheres possuem "características como a generosidade, capacidade de comunicação, liderança participativa e cooperativa, capacidade para negociar e resolver problemas com empatia". O segredo do sucesso é usar o poder da inteligência emocional, com sensibilidade e eficiência, para formar equipas que se comprometam a realizar objetivos comuns. Neste âmbito, um dos desafios que se colocam às mulheres é a nível da conciliação do trabalho na liderança das organizações do setor social – cada vez mais profissionalizante – com as suas ocupações profissionais primárias (dado que esta liderança é atividade *pro bono*) e da família. É fundamental perceber de que forma a mulher concilia os diferentes papéis que desempenha na vida quotidiana. Os resultados de alguns estudos sugerem que a liderança feminina se caracteriza por alguns desafios, nomeadamente as dificuldades a nível pessoal, familiar e profissional. Contudo, as oportunidades surgem através do apoio que as mulheres recebem, pela interligação das características individuais e também pela capacidade de criar estratégias que permitem conciliar a vida pessoal e profissional ("A Liderança Feminina em Portugal: um Estudo Qualitativo". M. P. Taveira. Tese de mestrado em Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos, 2018).

Misericórdia é humanidade (também este um termo feminino). Acredito que as mulheres têm uma perceção muito especial da humanidade, exercida em vários estilos de liderança, face às funções desempenhadas nestas organizações, nomeadamente o estilo democrático combinado com o estilo de liderança mais diretiva ("Estilos de Liderança dos Profissionais do Serviço Social em Instituições Particulares de Solidariedade Social". A. M. Semedo. Mestrado em Serviço Social em Gestão de Unidades Sociais de Bem-Estar. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2015).

Ser mulher traz vantagens adicionais para a flexibilidade no exercício desta tarefa, no exercício da inteligência emocional. No tempo de Covid-19, quem melhor que as mulheres soube escrever as histórias da vida real? Nos lares, nas creches, nos centros de dia, nos apoios domiciliários, nas cozinhas, nas direções técnicas das respostas sociais, no apoio psicológico, na enfermagem, na rede de cuidados continuados. Mantiveram o desafio de equilibrar a capacidade de sonhar com o planeamento e a execução rigorosa que a concretização dos planos de contingência implicou diariamente.

Nestas funções construíram o legado futuro dos valores da generosidade, da dedicação, da competência, da determinação e da resiliência. Todas estas qualificações são termos femininos. E ergueram os alicerces para mais forte liderança (também termo feminino), pelo exemplo de quem é capaz. E é de salientar que as provedoras – as 68 mulheres de 2020 – são as heroínas desta nossa nova história coletiva que irá mudar o nosso olhar sobre as relações humanas, sobre o mundo, sobre a liderança feminina, sobre o significado da humanidade.

Termino, como já o fiz previamente em texto para o jornal Voz das Misericórdias, "As mulheres nas Misericórdias: reconhecimento em tempo de Covid-19": "A coisa mais parecida com os olhos de Deus são os olhos de uma mãe" (Tolentino de Mendonça – "Uma beleza que nos pertence", 2019). Mantenho o que então disse: "São os olhos das nossas mulheres, das mulheres das nossas Misericórdias."

paulo buchinho

Benemerência
O rosto feminino dos donativos

Mariano Cabaço

Mariano Cabaço, licenciado em História da Arte com pós-graduação em Museologia e Restauro, é responsável pelo Gabinete do Património Cultural da União das Misericórdias Portuguesas, onde, entre outras áreas de atuação, coordena o programa de inventário do património das Misericórdias. Ocupou vários cargos de direção em organizações da economia social (Misericórdias, IPSS e associações), onde assumiu a responsabilidade de processos de doação e benemerências.

O movimento das Misericórdias, com a sua história secular, sempre foi marcado pela iconografia e representações no feminino, realidade facilmente percetível nas obras de arte que encontramos na maioria das instituições. Talvez pela etimologia da palavra, a própria representação legendada do conceito de misericórdia, que surge por vezes em painéis de azulejo, é feita com recurso a uma imagem de mulher de feição preocupada, atenta aos problemas e, em pose emotiva, segurando, numa das mãos, um ramo de cedro, símbolo da fidelidade a Cristo, tendo a outra mão sobre o peito, numa alusão direta ao coração que se compadece.

Outra representação feminina nas Misericórdias é a que ilustra a visitação de Nossa Senhora a sua prima Isabel, figuração que nos transporta para o grande significado da prontidão gratuita ao chamamento para a ajuda que se reclama. Associado a essa representação está inequivocamente o significado do seu simbolismo, pois representa o ideário e a materialização do ato de misericórdia, que presta pronto auxílio a quem dele está necessitado.

Mas a mais frequente e icónica representação, presente nas bandeiras reais e em grande número de retábulos, é a que nos mostra, na sua majestade celestial, a Virgem Mãe Senhora da Misericórdia, em cujo manto protetor todos, independentemente da sua origem ou classe, se acolhem num refúgio para os males da vida terrena e numa prece para a eternidade em perpétua glória.

Também a representação da Senhora da Piedade, *Mater Misericordiae*, com seu filho morto no regaço, nos transporta igualmente para um símbolo de misericórdia de uma mãe que, sofrendo a sua dor, se resigna com a entrega de seu filho à morte para redenção da humanidade.

Temos nas Misericórdias ainda uma outra representação iconográfica no feminino que nos é trazida pelos retratos das galerias de benfeitores.

Se as anteriores representações iconográficas, presentes em todas as igrejas das nossas Misericórdias, alimentaram a fé dos crentes e suscitaram a piedade dos benfeitores, esta última representa o tributo à materialização de uma vontade dos que, motivados pelo espírito e missão destas instituições, lhes doaram os seus bens, decidindo tomar parte efetiva deste movimento secular.

É esta realidade que encontramos bem espelhada nas galerias de benfeitores, onde surpreendentemente aparecem inúmeros retratos de mulheres, emprestando uma vez mais um rosto feminino à caridade e à doação e, por essa via, à instituição Misericórdia.

Nesta análise, podemos verificar que os atos de benemerência foram, em grande número, protagonizados por mulheres, o que pode parecer uma disrupção numa organização fortemente dominada por homens. De facto, a partir do modelo fundacional dos "Cem Homens Bons" para criar e dirigir as Misericórdias, a presença masculina prevaleceu por séculos nestas instituições, nomeadamente nos órgãos de administração e na representação institucional.

Mas, é no contexto dos atos da benemerência que vamos ter um relevante papel das mulheres. Porque sobrevivem aos seus cônjuges e ficam detentoras de grandes fortunas, estas mulheres viúvas decidem fazer doação à Misericórdia da sua terra natal ou da localidade onde residiram.

Também mulheres que não casam, que recebem heranças de seus pais, decidem, no final da sua vida, deixar os bens à Misericórdia. Em ambos os casos temos a motivação e a esperança da recompensa divina ao ato benemérito, mas também, certamente, o reconhecimento do trabalho e da missão empreendida pelas Misericórdias. Estas mulheres – esposas, viúvas, filhas, sobrinhas – são protagonistas de enormes gestos de filantropia.

Esta realidade leva-nos à prática e tradição nas Misericórdias de reconhecerem publicamente as benemerências com a colocação de retratos nas suas galerias de benfeitores. Fazer memória e prestar tributo aos que se distinguiram por serviços, obras e doações é uma das características mais nobres e identitárias das Misericórdias. É nas galerias de retratos que surpreendentemente, ao longo de séculos, vamos identificar uma igualdade de tratamento na homenagem e memória feita a homens e mulheres. Ao lado de grande afirmação de poder dos homens, encontramos a presença vincada de retratos de mulheres que agiram por vontade própria. É esta condição de beneméritas que as coloca em igualdade, de presença e destaque, ao olhar público e escrutínio agradecido dos irmãos da Misericórdia.

É interessante verificar que quando a doação é feita pelo casal há, em muitos casos, a preocupação de representar os dois membros em retratos distintos. Podemos referir que a presença feminina das benemerências, muito bem evidenciada nestas galerias de benfeitores, constitui um testemunho, único e valioso, do posicionamento da sociedade em relação à instituição Misericórdia.

Importa saber interpretar o que estes retratos, autênticas obras de arte, nos transmitem, pois, para além da sua expressão plástica e composição material,

há todo um manancial de informação que devemos retirar destas representações.

Numa apreciação meramente visual, identificamos as protagonistas das doações, a sua condição social e familiar, bem como o seu testemunho local e respetivas vivências na comunidade.

Neste contexto, e a partir dessas representações iconográficas no feminino, temos a possibilidade e grande oportunidade de estudar, de forma criteriosa e bem documentada, o vestuário, o estatuto social, a ourivesaria, a moda, sem esquecer a evolução da pintura de retrato.

Mas a observação destes retratos deve, sobretudo, levar-nos a uma outra abordagem, que passa pela essência dos atos que representam e que se configuram na decisão suprema destas mulheres fazerem doação dos seus bens à Misericórdia. Mulheres que, sem hesitação, ousaram a radicalidade de querer ajudar o seu semelhante e viram nestas instituições o seu braço avançado para a resolução dos problemas e fragilidades da sociedade.

Nesta equação, podemos referir que as vontades se cruzam e os sentimentos se atraem no feminino, onde o apelo dos afetos mais facilmente de desenvolve e onde o coração mais rapidamente se compadece de injustiças e sofrimentos.

Os gestos destas mulheres convocam-nos a uma enorme homenagem às atitudes de quem não busca o aplauso imediato, nem reivindica recompensas em vida.

No seu íntimo, estas mães, filhas, irmãs, mulheres viúvas, mulheres solteiras, mulheres independentes, assumem um sentido de desprendimento e grande amor ao próximo, porque identificando-se com os valores da Misericórdia, a ela confiam toda a sua existência e o legado de suas famílias.

Herdeiras e responsáveis por grandes fortunas, estas beneméritas podiam dar destinos diferentes aos seus bens, distribuindo diretamente a terceiros, organizando novas instituições, ou até legando às suas paróquias com quem certamente mantinham uma relação espiritual mais intensa de maior vivência da fé e esperança na vida eterna. Assim não aconteceu e é na Misericórdia que esta relação de confiança se materializa, coincidindo inteiramente com a missão da instituição, que regularmente se dirigia à comunidade pedindo a quem podia dar, para posteriormente distribuir a quem mais precisava. Nesta dinâmica, a Misericórdia assume-se como um entreposto na relação de doação, evitando um contacto direto entre quem dá e quem recebe e salvaguardando, deste modo, as invetiváveis e perigosas relações de dependência e humilhação que daí poderiam decorrer.

A atitude destas beneméritas exige um justo reconhecimento e uma homenagem pela coragem e a liberdade de decisão que representa. Mulheres que em muitos casos viveram existências infelizes, em que sociedades patriarcais as remeteram para segundo plano. Mulheres vítimas de preconceitos e hábitos de grande radicalismo de silêncios e de imposição de regras que as anularam e diminuíram. Mulheres que apesar de muitas vezes serem as herdeiras e detentoras dos bens e as responsáveis pela riqueza da família, viram sempre o seu protagonismo e vontade própria relegados a favor do chefe de família como autoridade máxima da casa.

São estas mulheres que, no momento da sua decisão final e em plena consciência cívica, moral e espiritual, protagonizam o grande gesto da doação à Misericórdia.

Apesar do seu percurso de vida e pela sua condição privilegiada, estas mulheres são, ainda assim, motivadas a tomar uma decisão de grande humildade e desapego aos bens terrenos. Podemos ver, nos seus gestos, o apelo do coração *pathos* que conduz a razão *ethos* a decidir as benemerências.

Em contraponto às crueldades e adversidades da vida, assumem a amabilidade e o sentido maior do amor pelos outros. Esta bondade de coração, que muitas vezes não foi possível praticar ativamente em vida, conhece, neste ato, a suprema realização espiritual, na convicção de que os bens materiais, deixados à Misericórdia, terão o destino certo para diminuir sofrimentos e ajudar quem mais precisa.

Fortalecidas pela essência das obras de misericórdia e crentes nas virtudes do amor ao próximo, estas mulheres assumem, em cada tempo da sua existência, a consciência e o sentido da fé, ancoradas na esperança da vida eterna. Por isso, realizando a sua vontade, entregam à caridade os bens da sua condição humana.

Porque se reveem nos valores da instituição. Porque admiram a sua missão e o trabalho que desenvolvem na comunidade. Porque confiam na boa utilização dos bens doados. Porque acreditam que, a partir da ação da Misericórdia, podem chegar a todos os mais necessitados e carenciados. Porque no seu íntimo acertam as contas da vida com a liberdade e a decisão de fazer o bem ao seu semelhante.

Mulheres benfeitoras que podemos identificar pelos registos escritos e pelas belíssimas galerias de retratos que as Misericórdias, num gesto de grande tributo e reconhecimento, souberam criar e que orgulhosamente apresentam às gerações futuras.

São retratos, mas, acima de tudo, são testemunhos de solidariedade, são heranças de amor ao próximo que constituem relíquias da vida e história das Misericórdias.

Para todas as mulheres beneméritas, heroínas da compaixão e do bem-fazer, o tributo merecido aos seus gestos e à sua vontade de fazer misericórdia.

HELENA SERRA

Perante o espanto geral, a responsável da Misericórdia de Albufeira era uma mulher

FOTOGRAFIA CEDIDA PELA FAMÍLIA DE HELENA SERRA

Helena Serra foi a primeira provedora eleita no século XX. Tomou posse no dia 28 de maio de 1977 e entendeu a União das Misericórdias Portuguesas (UMP) que uma publicação sobre 'Misericórdias no Feminino' não estaria completa sem uma referência à mulher cujo percurso inspirou e abriu caminho para outras centenas de mulheres, que assumiram ou assumem a liderança das Misericórdias. Pelo trabalho realizado como provedora e por esta participação por via de entrevista, apresentamos os nossos agradecimentos a Helena Serra e família.

Como foi o processo que culminou com a indicação do seu nome para liderar a Mesa Administrativa ?

Tendo havido um vazio de poder na Misericórdia de Albufeira, após o 25 de Abril de 1974 (a qual, na prática, estava desativada há anos), foi convocada uma reunião, que se realizou na Câmara Municipal, onde estiveram presentes, entre outros, alguns irmãos da Misericórdia. Durante a reunião foram discutidos diversos temas de natureza social, os quais careciam de soluções urgentes e que poderiam ser da responsabilidade de uma instituição, com o caráter de uma Misericórdia. Entre os presentes sentiu-se a necessidade de nomear um responsável para a persecução desses objetivos, sendo o meu nome referido por unanimidade, dado que todos reconheciam o meu interesse na assistência aos mais carenciados. A partir desta reunião foi elaborada uma lista de nomes para a Mesa Administrativa, na qual eu seria a nomeada para o lugar de provedora da Santa Casa.

Há uns anos, em entrevista ao jornal Voz das Misericórdias, contou que, à data da sua eleição, o então presidente da Mesa da Assembleia Geral da UMP terá dito que não podia ser provedora. Contudo, o processo avançou por ter havido uma escolha legítima dos irmãos e os estatutos da Santa Casa de Albufeira foram alterados. Que recordações tem deste processo?

Nessa assembleia geral da UMP, a qual foi realizada na Santa Casa da Misericórdia de Faro, em que o presidente era na altura o provedor da Misericórdia de Nisa, foram chamados, um por um, os responsáveis por cada uma das Misericórdias presentes. Perante o espanto geral, a responsável da Misericórdia de Albufeira era uma mulher. Houve, então, alguma celeuma e muitas dúvidas em relação ao facto de os estatutos não permitirem nem preverem que fosse eleita uma pessoa do sexo feminino para tal cargo. O provedor de Nisa, sendo o responsável pela reunião e, por sua vez, licenciado em Direito, considerou finalmente, e dado que todos os presentes apoiaram, que não haveria qualquer impedimento legal, desde que os

Nota biográfica

Helena Serra, hoje com 90 anos, mãe de sete filhos, tem seis netos e duas bisnetas, nasceu em Bela Vista, Angola, de onde veio aos seis anos de idade, tendo feito a sua formação académica em Coimbra. Viveu com o marido, médico, em Albufeira durante mais de seis décadas. Foi vereadora da Câmara Municipal de Albufeira. Foi fundadora e presidente do núcleo da Cruz Vermelha de Albufeira, a partir do qual deu todo o apoio à integração dos portugueses regressados das ex-colónias, que chegaram às centenas ao concelho. Terá sido a primeira mulher a ser eleita provedora no século XX, encarando como uma missão o trabalho que realizou durante mais de três décadas à frente da instituição, sempre com o olhar dirigido para a assistência aos mais desfavorecidos da sociedade. Durante o tempo que exerceu a sua atividade à frente dos destinos da Misericórdia de Albufeira, destacam-se as 22 valências

estatutos fossem alterados. Após a alteração dos estatutos em Albufeira, fui então eleita, formalmente e por voto secreto, provedora da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira, por todos os irmãos presentes, exceto o meu marido, que se absteve por razões de ordem ética.

Na mesma entrevista, disse ao jornal Voz das Misericórdias que o trabalho sempre se fez sem problema, mas admitiu que as mulheres têm de fazer um esforço maior porque não conseguem impor-se tanto como os homens. Continua a pensar da mesma forma?

Não. Penso que os tempos são outros, a mentalidade é outra. Entre homens e mulheres, a formação e personalidade fazem mais a diferença na forma como se impõem, sempre na perspetiva de conseguirem realizar os seus projetos em prol das Misericórdias e seus objetivos.

A Dra. Helena foi a primeira provedora eleita do século XX. Hoje são 69 as Misericórdias lideradas por mulheres. Considera que a sua eleição foi importante para alterar mentalidades e assim abrir caminho para lideranças femininas?

Julgo que sim, já que sendo a primeira mulher entre homens, sempre fui tratada com muita consideração e respeito entre pares, o que de certa forma penso ter contribuído para valorizar o papel das mulheres nestas funções. Havendo conhecimento público do esforço realizado para a solução de múltiplos problemas sociais tratados, dos mais simples aos mais complexos, sem intromissão de ordem política ou religiosa e até à exaustão, por uma provedora, deu decerto a vários níveis da sociedade uma visibilidade peculiar, pelo facto de uma mulher realizar em pleno estas funções.

Acha que a liderança feminina das Santas Casas tem algum tipo de vantagem em relação ao trabalho desempenhado pelos homens?

Penso que sim, visto que as mulheres, de uma forma geral, têm uma sensibilidade diferente, no que se refere à seleção das prioridades a dar numa instituição desta natureza. Dado que os problemas mais prementes estão ligados a maus-tratos e abandono de crianças e jovens adolescentes, violência doméstica feminina, causas ligadas a idosos e deficientes com características específicas de isolamento, rejeição familiar e debilidades de saúde, refugiados, imigrantes e desempregados, sem subsistência mínima... Elas que normalmente são as cuidadoras das suas famílias, terão decerto uma maior apetência para solucionar estes problemas prioritários do dia a dia da instituição da qual são responsáveis.

Com base na sua experiência de vida, que conselho tem para as provedoras atualmente em funções?

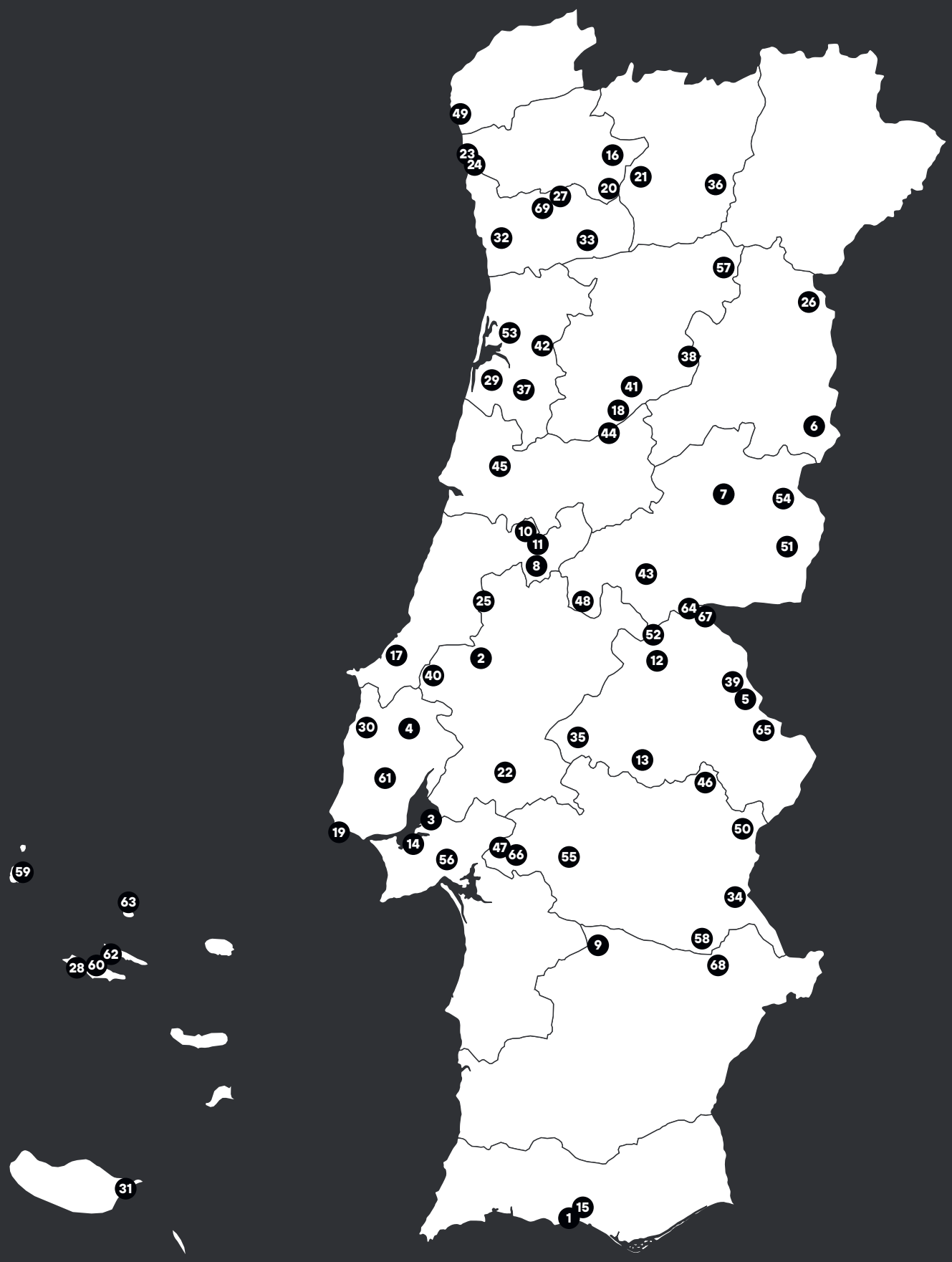
Que sejam fiéis aos princípios que levaram desde o início à criação destas instituições, olhando sempre numa perspetiva de solucionar os problemas, com garra e tenacidade, essencialmente os problemas humanos com que se irão confrontar durante todo o tempo, enquanto estiverem à frente de uma Misericórdia.

que foram criadas desde o lar de idosos, à creche com horários alargados, o apoio à toxicodependência, a deficientes leves e profundos, doentes com sida, na altura em que esta se tornou um flagelo, de doentes abandonados, a mulheres vítimas de violência doméstica com um lar de acolhimento criado para o efeito e onde permaneciam com filhos menores, os "Pirilampos", nome dado por Miguel Torga, amigo pessoal, a uma casa para crianças abandonadas, com terreno envolvente, um pequeno parque de diversão e espaços para adolescentes, onde permaneciam e frequentavam as escolas públicas, serviço domiciliário de apoio e tantos outros problemas que passavam por um trabalho na procura de apoio económico junto das mais diversas entidades oficiais e donativos de particulares. Conseguiu assim dirigir uma instituição com mais de 200 trabalhadores, entre eles técnicos qualificados para as funções a exercer, dando a Misericórdia de Albufeira trabalho a muitos desempregados nacionais e estrangeiros, que, por este motivo, eram também parte de um objetivo de integração de pessoas mais carenciadas.
Foi agraciada, designadamente com a Ordem de Mérito pelo Presidente da República (Jorge Sampaio), pelo primeiro-ministro (António Guterres) e pela Câmara Municipal de Albufeira com a medalha de Honra da Cidade, grau ouro.

Mapa no feminino

***Nota de edição:** 69 é o total de provedoras em funções no ano de 2021, data de referência desta publicação

1 Patrícia Seromenho P52
2 Wanda Maria Agostinho Mendo P54
3 Maria Manuela Delgado Boieiro P56
4 Carla Nunes Pereira P58
5 Maria do Carmo Mouzinho Serrote P60
6 Nélia Lopes Vasco P62
7 Maria do Carmo Sanches de Oliveira P64
8 Adelaide Pinheiro Grácio Santos P66
9 Mariana Isabel Carapinha P68
10 Maria Luísa Ferreira P70
11 Filomena Afonso Rodrigues Valente P72
12 Maria José Mandeiro P74
13 Maria Lisália Madeira P76
14 Sara Xavier de Oliveira P78
15 Sílvia Gonçalves Sebastião P80
16 Maria Natália Carvalho Correia P82
17 Maria da Conceição Pereira P84
18 Helena Maria Gonçalves da Cruz P86
19 Isabel Miguens P88
20 Maria da Graça Gonçalves da Mota P90
21 Maria Helena Ferreira Rodrigues P92
22 Maria Inês da Veiga Teixeira P94
23 Maria Emília Vilarinho Zão P96
24 Raquel Vale P98
25 Fernanda Maria da Silva Rosa P100
26 Judite Araújo da Silva P102
27 Adélia do Espírito Santo P104
28 Maria Cristina Azevedo Abrantes P106
29 Margarida São Marcos P108
30 Vanda Oliveira P110
31 Nélia Cláudia Franco Martins P112
32 Maria de Lurdes Rebelo Maia P114
33 Maria Amélia Ferreira P116
34 Catarina Luísa Valadas Branco P118
35 Maria Carla de Macedo Fouto P120
36 Maria Edite Fernandes de Sousa P122
37 Leontina Azevedo da Silva Novo P124
38 Joana Jesus Cardoso P126
39 Maria Luísa Tavares Moreira P128
40 Maria José Moura Figueiredo P130
41 Maria Infância Pamplona Francisco P132
42 Maria de Fátima Pereira Tavares P134
43 Maria Rosa Vaz André P136
44 Sandra Mêna P138
45 Maria de Lourdes da Costa Santiago P140
46 Ermelinda Amélia Prim Xarepe P142
47 Helena Luísa Loureiro Candeias P144
48 Maria Irene Barata Joaquim P146
49 Luísa Novo Vaz P148
50 Maria Dulce Gonçalves P150
51 Emília Ribeiro Carreiro P150
52 Alice Martins P151
53 Rosa de Fátima Figueiredo P151
54 Ana Filipa Mendes Canilho Fonseca P152
55 Paula do Carmo Ciríaco Rosado P152
56 Maria João Marques de Oliveira P153
57 Fernanda Maria Seixas Coelho P153
58 Maria Luísa Leonço Farinha P154
59 Dora Maria Freitas Valadão P154
60 Maria Manuela Goulart Pereira P155
61 Filomena Silva Rodrigues P155
62 Ana Paula Tavares Bettencourt P156
63 Adelaide Medina Teles P156
64 Maria Adelina Ferreira Pinto P157
65 Deolinda Redondo Pinto .....
66 Rosa Palhavã .....
67 Maria Júlia Pires Lopes .....
68 Maria Alice Plácido Pisa .....
69 Ana Isabel Machado Monteiro .....


49
23
24
16
21
36
20
27
69
32
33
57
26
53
42
38
29
37
41
18
44
6
45
7
54
10
11
51
8
43
25
48
64
67
52
17
2
12
40
39
5
30
4
35
65
13
61
22
46
3
19
50
14
47
66
55
56
59
34
63
58
9
62
28
60
68
31
15
1

1

PATRÍCIA SERONHO

Albufeira

Nascida a 12 de maio de 1971, natural de Boliqueime e a viver em Albufeira desde tenra idade, sendo oriunda de família marcadamente matriarcal em várias gerações. Mãe de dois filhos, Maria e Afonso, os seus faróis. Socióloga, com especialização em Mediação de Conflitos, é quadro especialista do Instituto de Emprego e Formação Profissional desde 1997. Membro ativo da comunidade em associações, foi convidada para irmã da Misericórdia de Albufeira no ano de 2011, é provedora desde 2012. Foi secretária e posteriormente presidente do Secretariado Regional do Algarve da UMP e desde 2020 vogal do Secretariado Nacional da UMP. Mulher de fé, caracterizada por uma grande capacidade de resiliência e sentido de justiça, acredita que a ação de cada um de nós contribui para um mundo melhor e mais justo.

2

WANDA MARIA AGOSTINHO MENDO

Alcanede

Provedora da Santa Casa da Misericórdia de Alcanede desde janeiro de 2020. Natural de Lourenço Marques, veio estudar para Portugal na década de 1970. É licenciada em Ciências Sociais com um *minor* em Gestão do Património e Organizações Culturais. Cedo iniciou o percurso profissional na área da banca, onde esteve durante mais de três décadas. Desempenhou cargos de liderança, reformando-se em 2015 com uma vasta experiência comercial e de coordenação de recursos materiais e humanos. No percurso pessoal participou em algumas ações de voluntariado em organizações do setor social.

3

MARIA MANUELA DELGADO BOIEIRO

Alcochete

Natural de Alcochete, o percurso junto de movimentos associativos começou em 1975, através da fundação de uma coletividade. Tendo tido um percurso profissional na entretanto extinta Lisnave (20 anos de trabalho), atualmente, além de provedora, é presidente da Mesa da Assembleia Geral da Sociedade Portuguesa de Naturalogia e vice-presidente da Casa do Povo de Alcochete. Também desempenhou funções em estruturas autárquicas, como assembleias municipais e de freguesia.

4

CARLA NUNES PEREIRA

Aldeia Galega da Merceana

Nasceu no concelho de Alenquer em 1973. Licenciou-se em Urbanismo em 1998 e Arquitetura em 2005. Iniciou funções de provedora e diretora-geral na Santa Casa da Misericórdia de Aldeia Galega da Merceana no ano de 1998, cargo ainda desempenhado. Foi membro do Secretariado Regional de Lisboa (UMP), no período compreendido entre 2008 a 2012 e em 2015 membro do Secretariado Nacional (UMP), cessando funções em 2019. Atualmente, é membro do Conselho Local de Ação Social, do Conselho Municipal de Segurança e do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Alenquer.

5

MARIA DO CARMO MOURINHO SERROTE

Alegrete

Nasceu a 17 de junho de 1945, em Sesimbra. Licenciada em Engenharia Química, ramo Indústria, pelo Instituto Superior Técnico, iniciou funções docentes em 1967/68 na então Escola Industrial e Comercial de Almada como professora provisória de Física e Química, tendo a carreira pedagógica seguido em Setúbal, na Escola Secundária de S. Julião, hoje Escola Secundária Sebastião da Gama.

6

NÉLIA LOPES VASCO

Alfaiates

Nasceu no concelho de Sabugal, em 1970. Casada há 31 anos, tem dois filhos. Residiu em França até aos oito anos, onde iniciou os estudos. Muito cedo começou a ajudar os pais no café e bar ambulante que possuíam. Com experiência em restauração, hoje é funcionária da Câmara Municipal do Sabugal, com a categoria de coordenadora técnica. Foi catequista, chefe de turma, vice-presidente da associação de estudantes e mordoma de várias comissões de festas.

7

MARIA DO CARMO SANCHES DE OLIVEIRA

Alpedrinha

Nasceu há 53 anos no Hospital de Alpedrinha, hoje Lar da Santa Casa da Misericórdia de Alpedrinha. Filha única, licenciou-se em Radiologia pela Universidade Atlântica, com pós-graduação em Gestão Administrativa de Recursos Humanos pela Universidade Europeia e Gestão de Organizações Sociais pela AESE. Fez parte dos órgãos sociais da Misericórdia de Alpedrinha durante dois mandatos, tendo sido depois eleita provedora em 2021.

8

ADELAIDE PINHEIRO INÁCIO SANTOS

Alvaiázere

Nasceu em 1964, na cidade de Luanda, Angola. Casada e mãe de três filhos. Licenciada em Enfermagem pela Escola Superior de Enfermagem S. Vicente de Paula em Lisboa, atualmente exerce funções no centro de saúde de Alvaiázere, onde coordena a Unidade de Cuidados na Comunidade Al Baiaz desde 2014. Com um percurso profissional ligado à enfermagem e ao ensino, participou em ações de voluntariado através da associação "Saúde em Português". Neste âmbito, esteve durante alguns anos em Moçambique (Beira e Maputo).

9

MARIANA ISABEL CARAPINHA

Alvito

Sempre quis ser professora do ensino primário e, por isso, licenciou-se em Magistério Primário, em Beja. O exercício da profissão decorreu apenas durante um ano porque aceitou o desafio de ingressar nos quadros do Banco Nacional Ultramarino na sua terra natal. Lá trabalhou até 2016, aquando da reforma, mas teve sempre disponibilidade para lecionar turmas de adultos. Licenciou-se em Gestão de Empresas, com pós-licenciatura em Gestão Social. Integrou os corpos sociais dos Bombeiros Voluntários de Alvito, foi tesoureira da Junta de Freguesia de Alvito e membro da Assembleia de Freguesia. Tem uma filha de nome Susana e nos tempos livres gosta de fazer pinturas a óleo, pintura em tecido, costurar, fazer crochê, bijuterias, trabalhar em estanho, fazer teatro e ouvir música.

10

MARIA LUÍSA FERREIRA

Alvorge

Natural de Coimbra, nasceu no dia 19 de janeiro de 1936. Tirou o curso de Magistério Primário e manteve ligação profissional com o Ministério da Educação entre 1955 e 1986. Foi deputada na Assembleia da República, de 1987 a 1999, nos mandatos da V, VI e VII Legislaturas. Na VII Legislatura foi secretária da Mesa do Plenário. Cofundadora e presidente do plenário de associados da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Serras de Ansião, cofundadora e presidente do Centro Social, Cultural e Recreativo de Alvorge e do Rancho Típico de Alvorge (membro efetivo da Federação Portuguesa de Folclore). É provedora desde 2011.

11

FILOMENA AFONSO RODRIGUES VALENTE

Ansião

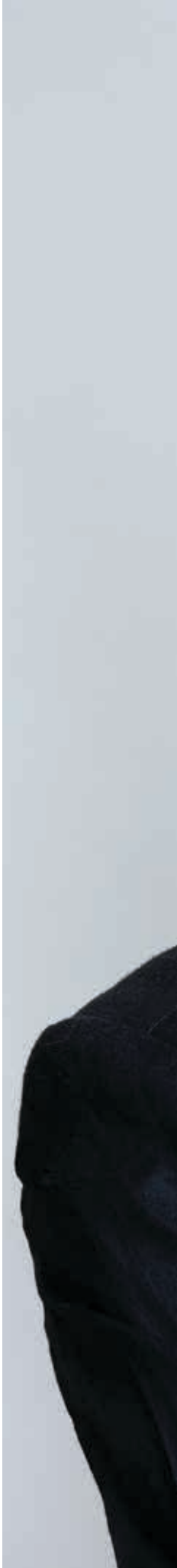
Nascida a 9 de dezembro de 1958, natural de Coimbra e residente em Ansião, local onde cresceu. Conta com a experiência de uma longa carreira como diretora comercial nos Correios de Portugal, que iniciou com apenas 18 anos e terminou em 2018, ao fim de mais de 40 anos, sendo responsável pelos distritos da Guarda, Leiria, Castelo Branco, Santarém, Coimbra e Aveiro. Concilia as suas funções de provedora com a prática da agricultura biológica e atividades pontuais de voluntariado.

12

MARIA JOSÉ MANDEIRO

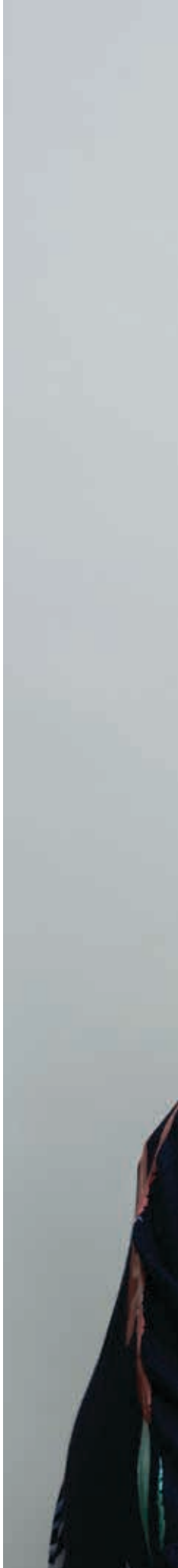
Arez

Nasceu em Amieira do Tejo, concelho de Nisa. Foi professora, formadora e responsável por projetos. Amparada, também, pelo exemplo de pessoas com quem muito aprendeu, nunca sentiu arrependimento por não ter seguido aquela que foi a sua escolha para uma profissão – jornalismo. Coautora de um livro sobre formação em contexto de trabalho, também foi cronista na imprensa regional. Fazem parte essencial dos seus dias a família, os amigos e o universo Misericórdia, onde entrou como secretária, estando agora no último mandato como provedora. Também a música e a leitura acompanham os seus dias sublinhando, alterando, colorindo ou apaziguando os mesmos.



13

MARIA LISÁLIA MADEIRA



Avis

Nasceu no dia 22 de março de 1958, na freguesia de Chouto, residindo em Avis desde abril de 1980. É oficial de justiça e exerce funções como membro da Mesa Administrativa desde 2006. É provedora desde 2015 e presidente do Secretariado Regional do distrito de Portalegre da UMP desde 2020, ambos cargos que continua a desempenhar com zelo e dedicação.

14

SARA XAVIER DE OLIVEIRA

Barreiro

Nasceu em Estremoz, no dia 5 de junho de 1960, tendo vindo residir em Lisboa em 1979, cidade na qual concluiu a licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. É professora do ensino secundário, profissão que a levou a exercer cargos de direção nos estabelecimentos de ensino onde lecionou. No ano de 2000, abraçou o voluntariado no Barreiro, cidade que a acolheu há várias décadas. Desde 2005 que é membro da Mesa Administrativa da Misericórdia do Barreiro, assumindo, em 2012, o cargo de provedora, o qual continua a exercer com empenho, rigor e elevado sentido de missão.

15

SÍLVIA GONÇALVES SEBASTIÃO

Boliqueime

Nasceu em Paris, em 27 de dezembro de 1977. Licenciou-se em Serviço Social, pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia de Lisboa, com pós-graduação em Serviço Social no Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa. Tem frequentado várias especializações. Iniciou a sua carreira como técnica superior de Serviço Social, numa equipa multidisciplinar onde apoiava famílias que beneficiavam do Rendimento Social de Inserção. Exerceu funções de diretora técnica na Misericórdia de Monchique e, posteriormente, na Misericórdia de Alcantarilha. É provedora da Misericórdia de Boliqueime desde 2019.

16

MARIA NATÁLIA CARVALHO CORREIA

Cabeceiras de Basto, S. Miguel de Refojos

Cresceu e viveu no concelho de Cabeceiras de Basto onde fez os seus estudos até ao 9.º ano de escolaridade. Licenciada em Filosofia pela Universidade de Coimbra, com mestrado em Filosofia da Educação e uma pós-graduação em Administração Escolar, na Universidade do Minho, a sua vida profissional está marcada pela dedicação à educação, particularmente ao ensino secundário, tendo lecionado Filosofia e Psicologia. Adicionalmente lecionou, a tempo parcial, no ensino superior e integrou projetos de formação profissional, ao abrigo do IEFP. Provedora desde 2007.

17

MARIA DA CONCEIÇÃO PEREIRA

Caldas da Rainha

Natural de Lisboa, com residência em Caldas da Rainha há mais de quatro décadas. Formada no ISLA como assistente de administração, desenvolveu a sua atividade profissional no setor privado. Foi membro da Assembleia Municipal das Caldas da Rainha, vereadora da Câmara Municipal das Caldas da Rainha e vice-presidente da Região de Turismo do Oeste. Foi também deputada da Assembleia da República de 2009 a 2015, membro efetivo da Comissão da Educação e Cultura da Comissão de Trabalho e Segurança Social, suplente da Comissão de Saúde e coordenou a Delegação da Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo. Faz parte dos órgãos sociais da Misericórdia desde 1987. Tomou posse como provedora em 2021.

18

HELENA MARIA GONÇALVES DA CRUZ

Carregal do Sal

Nascida e criada no concelho de Carregal do Sal, tem 50 anos e é mãe de dois filhos. Enfermeira especialista em Saúde Infantil e Pediatria e pós-graduada em Administração e Gestão de Serviços de Saúde, atualmente é coordenadora da Unidade de Cuidados na Comunidade Aristides Sousa Mendes. Também exerceu enfermagem no Hospital de Santa Maria e no Centro Hospitalar Universitário de Coimbra, mas é nos cuidados de saúde primários que se sente realizada. É provedora desde 2019 e também integra os órgãos sociais dos Bombeiros Voluntários de Carregal do Sal.

19

ISABEL MIGUENS

Cascais

Nasceu em Cabrela, Montemor-o-Novo, em 1945. Com formação académica em Serviço Social pelo Instituto Superior de Serviço Social e Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Nova de Lisboa, mestrado em Gerontologia pela Universidade de Salamanca, desempenhou funções de técnica de Serviço Social do Dispensário de Higiene Mental de Évora (1972) e responsável pelo Serviço Social do Hospital Central de Bissau até final de 1974. Em 1975, ajudou a implementar todas as áreas sociais da Misericórdia de Cascais, bem como a Fundação Portuguesa para o Estudo e Prevenção da Toxicodependência. Além de provedora (desde 2010), também é vogal do Secretariado Nacional da UMP e faz parte dos órgãos sociais de diversas associações.

20

MARIA DA GRAÇA GONÇALVES DA MOTA

Celorico de Basto,
S. Bento de Arnoia

Nasceu no Porto, em 1955. Licenciada em Medicina pela Faculdade de Medicina do Porto, iniciou a carreira profissional como médica policlínica a 1 de janeiro de 1980 no Hospital de Guimarães, com estágio durante três anos no centro de saúde de Celorico de Basto, onde teve início a carreira de especialista em Medicina Geral e Familiar e hoje exerce funções com a categoria de assistente graduada sénior. Foi vereadora da Câmara Municipal de Celorico de Basto durante 28 anos até outubro de 2021 e deputada eleita para a XII Legislatura. Provedora desde 2012, apoiou em regime de voluntariado diversas associações desportivas e IPSS de Celorico de Basto.

21

MARIA HELENA FERREIRA RODRIGUES

Cerva

Com curso do Magistério Primário e licenciatura em Ciências Religiosas, na Universidade Católica Portuguesa, foi professora do 1.º ciclo do ensino básico nas escolas do concelho de Ribeira de Pena entre 1976 e 2010. Além de provedora da Misericórdia de Cerva (desde 2018), faz parte dos órgãos sociais de diversas entidades de economia social da região. Já exerceu funções como vereadora e vice-presidente da Câmara Municipal de Ribeira de Pena de 1998 a 2002 e foi deputada na X Legislatura de 2005 a 2009. Faz parte do Corpo Nacional de Escutas desde 1986.

22

MARIA INÊS DA VEIGA TEIXEIRA

Coruche

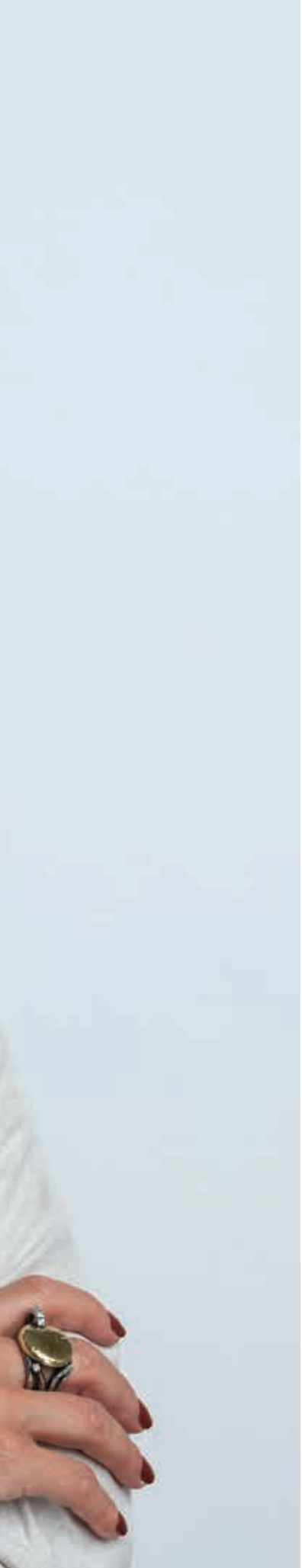
Nasceu a 2 de agosto de 1959, em Coruche, terra onde tem permanecido e desenvolvido a sua atividade profissional como engenheira agrónoma. A ligação à Santa Casa da Misericórdia de Coruche vem desde tenra idade através de seu pai, também ele provedor desta irmandade. O espírito de entrega e o sentido de missão experienciados no seio familiar orientaram a sua decisão para aceitar o convite para pertencer à Mesa Administrativa, tendo desempenhado funções de 1990 a 2003. Com um período de interregno por intensificação da sua profissão, regressou em 2016 como mesária, assumindo o cargo de provedora a partir de janeiro de 2020.

23

MARIA EMÍLIA VILANINHO ZÃO

Esposende

Nasceu em Esposende a 16 de maio de 1957. Viúva, mãe de três filhos e avó de três netos. Doutorada em Ciências da Educação, especialidade Política Educativa, pela Universidade do Minho (UM), o seu percurso é marcado pela experiência no voluntariado dirigente, pela intervenção em projetos de natureza cívica e social, pela docência universitária e pela investigação. Foi-lhe atribuído o Prémio Mulher do Baixo Cávado 2004. Foi vereadora dos pelouros da Educação, Ação Social, Cultura, Juventude e Turismo na Câmara Municipal de Esposende. É docente na UM, onde leciona e orienta teses de mestrado e de doutoramento. Tem livros e artigos científicos publicados em Portugal e no estrangeiro. Também é presidente do Secretariado Regional de Braga da UMP, desde 2020.



24

RAQUEL VALE

Fão

Tem 49 anos, casada e mãe de dois filhos, licenciou-se em Engenharia Alimentar pela Universidade Católica Portuguesa no ano de 1995, com especialização em Gestão da Qualidade Total na Administração Pública (Instituto Nacional de Administração) e mestrado em Gestão Autárquica (Instituto Politécnico do Cávado e Ave). Além de um percurso profissional ligado à indústria têxtil e à Associação Portuguesa de Certificação (APCER), também exerceu funções técnicas (auditoria e controlo interno) na Câmara Municipal de Esposende. Foi vereadora e, atualmente, além de provedora (desde 2019), integra o Gabinete de Qualidade Total da empresa municipal Esposende Ambiente.

25

FERNANDA MARIA DA SILVA ROSA

Fátima-Ourém

Natural de Fátima (1967), é casada e licenciada em Serviço Social no Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra. Iniciou o percurso profissional no Centro de Estudos de Fátima, lecionando as disciplinas de Educação Cívica e de Relações Públicas, sendo ainda responsável pela ação social escolar da instituição. Atualmente exerce funções na Delegação Regional de Reinserção Social do Centro, Equipa Pinhal Litoral em Leiria, com responsabilidade de assessoria técnica aos tribunais nas áreas da justiça juvenil e penal. Esteve na comissão instaladora que deu origem à Misericórdia de Fátima-Ourém e integra, ainda, o coro paroquial de Fátima.

26

JUDITE ARAÚJO DA SILVA

Figueira de Castelo Rodrigo

Natural de Figueira de Castelo Rodrigo, nasceu em 1954. Tirou o curso de professora primária, na Escola do Magistério da Guarda em 1976 e lecionou pela primeira vez na Escola de Pedrógão Grande (distrito de Leiria). Prosseguiu estudos, como trabalhadora estudante, tendo tirado o 12.º ano no liceu de Penafiel e foi professora no ensino recorrente (antiga educação de adultos) durante oito anos em várias freguesias do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo. Em 2004 licenciou-se em Estudo do Meio no Instituto Politécnico da Guarda. Aposentou-se como professora do ensino básico em 2012 e, desde 2015, desempenha o cargo de provedora.

27

ADÉLIA DO ESPÍRITO SANTO

Freamunde

Mulher, filha, mãe, esposa, filha de Deus e uma serva daqueles que precisam da sua ajuda. A morte do seu filho André traçou-lhe um caminho: dar amor, atenção, carinho e, porque o podia fazer, o contributo financeiro para a construção do que viria a ser o Lar André Almeida, que surge como resultado da maior tragédia que teve na sua vida, representando ainda a generosidade do seu filho. Considera que as funções de provedora são desafiadoras e estimulantes, mas conta sempre com a restante Mesa Administrativa por acreditar que o trabalho partilhado produz melhores resultados.

28

MARIA CRISTINA AZEVEDO ABRANTES

Horta

Nasceu em junho de 1966 na freguesia da Ribeirinha, Lajes do Pico. Licenciada em Enfermagem, com pós-graduação em Cuidados Paliativos e em Gestão Hospitalar e Serviços de Saúde (Faculdade de Medicina de Lisboa), desempenhou funções de enfermagem no centro de saúde da Praia da Vitória, no Hospital da Horta, no Hospital de Dia de Oncologia e na Unidade de Saúde da Ilha do Faial. Já foi vogal do Conselho Jurisdicional da Secção Regional dos Açores da Ordem dos Enfermeiros, cargo que manteve até 2019, e em 2021 foi nomeada para integrar o Conselho de Administração do Hospital da Horta, como enfermeira diretora.

29

MARGARIDA SÃO MARCOS

Ílhavo

Natural de Ílhavo (1955) e mãe de dois filhos, frequentou a Escola do Magistério Primário de Aveiro, completando o curso de professora em 1976, tendo em 2002 concluído a licenciatura em Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico na Universidade de Aveiro. Foi membro da Assembleia Municipal e vereadora da Câmara Municipal de Ílhavo durante dois mandatos (Educação e Ação Social) e catequista. Desde jovem percebeu que a vida só tem sentido se for partilhada com os mais desfavorecidos, tendo-se dedicado, por isso, a ações de voluntariado. É provedora desde 2018.

30

VANDA OLIVEIRA

Lourinhã

Nasceu no dia 1 de junho de 1973, tendo crescido no concelho da Lourinhã. Licenciou-se em Contabilidade e Administração. Sendo contabilista certificada, seguiu desde cedo o seu sonho, abrindo o seu próprio escritório de contabilidade. É casada e tem duas filhas, que diz serem os seus projetos principais enquanto pessoa. Caracteriza-se por ser uma voz ativa em busca de um futuro melhor pela comunidade, já foi catequista, membro do Conselho Pastoral Diocesano, pertencendo aos órgãos sociais de diversas associações da Lourinhã. Foi vereadora da Câmara Municipal da Lourinhã de 2013 a 2021. Integra a Mesa Administrativa da Misericórdia da Lourinhã, enquanto tesoureira, desde 2017, sendo provedora desde 2021.

31

CLÁUDIA NÉLIA MARTINS FRANCO

Machico

Nasceu em Machico (1977), onde reside e trabalha. Licenciada em Direito pela Universidade Internacional da Figueira da Foz, exerce advocacia em prática isolada desde 2003 e também tem funções de docente no ensino secundário e cursos de educação e formação. Integrou em 2014 os quadros de vinculação da Região Autónoma da Madeira – Secretaria Regional de Educação – e atualmente presta serviço na Escola Básica e Secundária de Machico. Trabalhou em projetos como a Carta da Convivialidade e o Gabinete da Promoção da Disciplina (Escola Básica e Secundária de Santa Cruz). É provedora desde 2017.

32

MARIA DE LURDES REBELO MAIA

Maia

Nasceu em 1950, na freguesia e concelho da Maia. Terminou o curso na Escola do Magistério Primário em 1971, iniciou a carreira docente no 1.º ciclo em outubro de 1971, em Baião, e concluiu-a em novembro de 2003 em Vermoim, Maia. Foi presidente da Assembleia de Freguesia de Vermoim, Maia (1994 e 2005), deputada à Assembleia Municipal da Maia em diversos mandatos e exerceu vários cargos em estruturas concelhias e supraconcelhias. Irmã da Misericórdia desde 1992, é provedora desde 2006.

33

MARIA AMÉLIA FERREIRA

Marco de Canaveses

Nasceu em Vila Nova de Gaia, a 27 de fevereiro de 1955. Licenciada (1978) e doutorada (1985) em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade do Porto (FMUP). Diretora da FMUP (2014-2018). Desde março de 2022, aposentada como professora catedrática da FMUP. Provedora da Misericórdia do Marco de Canaveses, desde 2012, onde desenvolve programas entre a academia e a sociedade civil no âmbito da saúde social. Recebeu o Prémio de Excelência Pedagógica da Universidade do Porto, Prémio de Educação Calouste Gulbenkian, Prémio D. Antónia Ferreira e Prémio Nunes Correa Verdades de Faria no âmbito da responsabilidade social. Prémio Mulheres Inspiradoras na área da Solidariedade. Conselheira para a Igualdade em Marco de Canaveses (2018-2021). Consultora para a saúde na Presidência da República (2016-2021). Interesses nas áreas de Humanidades em Medicina, Envelhecimento e Medicina Social. Presidente do Secretariado Regional do Porto da UMP.

34

CATARINA LUÍSA VALADAS BRANCO

Monsaraz

Tem 41 anos, é mãe e esposa. Alentejana que nasceu em Beja, viveu desde sempre em Évora, cidade que a viu crescer e tornar-se dona da sua vida. Estudou Medicina Veterinária na Universidade de Évora, concluiu os estudos em Zaragoza e Lisboa, mas foi em Reguengos de Monsaraz que iniciou funções em 2009, na Direção-Geral de Alimentação e Veterinária como responsável do núcleo em Reguengos de Monsaraz. Em 2014 recebeu o convite para se constituir irmã da Santa Casa da Misericórdia de Monsaraz e participar como vice-provedora da Mesa Administrativa. Assumiu funções de provedora em 2019.

35

MARIA CARLA DE MACEDO FOUTO

Montargil

Natural e residente em Montargil, nasceu em 1972. É casada e mãe de três filhos, tendo concluído os seus estudos na Universidade de Évora, em ensino de Físico-Química. Ingressou na Santa Casa da Misericórdia de Montargil em 2007 como secretária, assumindo três anos depois o cargo de vice-provedora e, atualmente, o de provedora. Desde então tem-se dedicado exclusivamente a esta nobre instituição. Colabora também no Secretariado Regional de Portalegre da União das Misericórdias Portuguesas. Nos próximos tempos ajudará a Misericórdia a superar os constantes desafios.

36

MARIA EDITE FERNANDES DE SOUSA

Murça

Nasceu em 1957, em Vila Pouca de Aguiar, no seio de uma família numerosa. É a quinta de dez irmãos. Considera que foi uma autêntica 'maria-rapaz' durante a infância e foi junto das crianças que desenvolveu a sua atividade profissional. Terminou o curso de professora primária em 1976 e durante 35 anos foi feliz ajudando crianças a ler, escrever, contar e crescer. A ida para Murça, onde se casou e nasceu a sua única filha, aconteceu no segundo ano de trabalho. Em 1986 começou a participar na vida política local, tendo ocupado alguns cargos em órgãos municipais. Em 2014 aceitou fazer parte da Mesa Administrativa da Misericórdia de Murça, tendo sido eleita como provedora em 2018.

37

LEONTINA AZEVEDO DA SILVA NOVO

Oliveira do Bairro

Nascida em 1954, na freguesia de Socorro, Lisboa, residente em Oliveira do Bairro. Licenciada em Matemática, pela Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra, e professora, aposentada desde 2013. Foi vereadora do Município de Oliveira do Bairro entre 2003 e 2009, deputada municipal entre 2009 e 2013 e membro da Assembleia de Freguesia entre 2017 e 2021. Na Misericórdia foi vice-provedora (entre 2004 e 2006) e presidente da Mesa da Assembleia da Misericórdia (entre 2007 e 2020). É provedora desde 2020.

38

JOANA JESUS CARDOSO

Penalva do Castelo

Nasceu em 16 de fevereiro de 1988, natural de Ínsua, concelho de Penalva do Castelo. Com mestrado integrado em Medicina pela Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade da Beira Interior, integrou os órgãos sociais da Santa Casa da Misericórdia de Penalva do Castelo em 2015 como membro do Conselho Fiscal. Foi eleita provedora em dezembro de 2019.

39

MARIA LUÍSA TAVARES MOREIRA

Portalegre

Nascida em 1960, mãe, avó, tia e fortemente marcada pela força da serra de São Mamede, onde reside. É mulher de afetos e paixões. Licenciada em ensino de Português e Francês, é professora na Escola Secundária de S. Lourenço em Portalegre. Autora de três obras de ficção ("Nu Feminino", "Por Coisa Nenhuma" e "Prateleiras de Insignificâncias"), colabora semanalmente com a comunicação social regional desde 1990. Mulher de fé, segue perseguindo a utopia de um mundo melhor, guiada pelo sonho e vontade de servir. É provedora desde 2021.

40

MARIA JOSÉ MOURA FIGUEIRÊDO

Rio Maior

Natural de Rio Maior, localidade onde tirou o curso comercial. De seguida, fez os complementares no Liceu em Santarém e o 12º ano de volta na terra natal. Começou o seu percurso profissional como empregada de escritório. Durante dois anos lecionou as disciplinas de Português e Inglês na Escola Preparatória de Rio Maior, tendo ingressado na administração pública como administrativa em 1982. Em 1994 licenciou-se em Direito e exerce funções de jurista desde então. Quando jovem, foi acólita e catequista, tendo colaborado em atividades associativas locais. Foi admitida em 2009 como irmã na Misericórdia de Rio Maior e é provedora desde 2015.

41

MARIA INFÂNCIA PAMPLONA FRANCISCO

Santar

Natural de Angola, nascida a 27 de dezembro de 1953 e residente em Nelas. É diplomada pela Escola do Magistério Primário de Viseu, licenciada em Gestão e Administração Escolar (Instituto Superior de Educação e Trabalho do Porto), com pós-graduação em Património Histórico-Artístico, Natural e Etnográfico. Exerceu, ainda, funções docentes no ensino de educação de adultos, orientou estágios do Instituto Superior de Ciências Educativas e foi coordenadora das Bibliotecas Escolares de Nelas, entre outras. Já integrou o Secretariado Nacional da UMP e é provedora desde 2008.

42

MARIA DE FÁTIMA PEREIRA TAVARES

Sever do Vouga

Licenciada em Filologia Germânica, exerceu a docência durante 39 anos, tendo desempenhado vários cargos de chefia intermédia e de direção. Dedicou-se ao voluntariado em várias instituições: Santa Casa, Cáritas, Liga dos Amigos do Centro de Saúde. Foi chefe do projeto de Luta Contra a Pobreza "Cooperar para Crescer", dinamizado pela Câmara Municipal e promovido pelo Comissariado do Norte da Luta Contra a Pobreza. Exerceu funções de tesoureira da Misericórdia de Sever do Vouga e atualmente é provedora.

43

MARIA ROSA VAZ ANDRÉ

Sobreira Formosa

Nasceu no ano de 1946 em Sobreira Formosa. Licenciada em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, exerceu sempre funções de jurista no Centro Regional da Segurança Social de Coimbra, só interrompidas pelo período de dois anos aquando da sua deslocação para Angola, onde desempenhou idênticas funções em Luanda, no Instituto do Trabalho, e no Luso como conservadora de registos. No tempo em que frequentou o Liceu Nuno Álvares em Castelo Branco, desenvolveu nos dois últimos anos do secundário ações de voluntariado no hospital e na cadeia daquela cidade. É provedora desde 2004.

44

SANDRA MÉNA

Tábua

Nasceu em março de 1972, na cidade do Porto, mas viveu até aos 18 anos em Loulé, terra de origem da família materna. Formada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, dedica-se ao exercício da advocacia, com gosto profissional pelo direito civil e em especial pelo acompanhamento jurídico de questões de direito internacional privado (europeu). Leciona formação profissional em várias unidades de formação, nas áreas de legislação laboral, legislação comercial, ética e deontologia profissional. Irmã da Santa Casa da Misericórdia de Tábua desde 2003, tomou posse como provedora em 2021.

45

MARIA DE LOURDES DA COSTA SANTIAGO

Tentúgal

Descendente de pessoas naturais do Baixo Mondego, cuja principal atividade era a agricultura de subsistência. Filha única, nasceu em Coimbra no ano de 1952, mas foi em Tentúgal que estudou, casou e batizou os filhos. Licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, optou por dedicar-se exclusivamente à família, por motivos de doença de um dos filhos, que acabou por falecer com 10 anos de idade. Viveu durante muitos anos em Santarém, altura em que se dedicou integralmente aos outros dois filhos.

46

ERMELINDA AMÉLIA PRIM XARPE

Veiros

Nasceu na freguesia de Veiros, concelho de Estremoz, a 22 de junho de 1952. Casada e mãe de dois filhos. Depois de concluir o Curso Geral do Comércio, estabeleceu-se enquanto gerente de um estabelecimento comercial na vila onde nasceu e sempre residiu. Desde 2004 que exerce as funções de provedora da Santa Casa da Misericórdia de Veiros, tendo vindo a desenvolver um programa que assenta em duas vertentes: a recuperação do património cultural e edificado e o desenvolvimento de respostas para as necessidades da população local.

47

HELENA LUÍSA LOUREIRO CANDEIAS

Vendas Novas

Nasceu em Vendas Novas. É casada, tem dois filhos e duas netas. Tirou o curso do Magistério Primário e foi esta a profissão que exerceu durante quase 40 anos como professora e diretora em várias escolas de norte a sul do país. Durante dois anos, entre 1966 e 1968, prestou serviço na Chefia de Contabilidade e Administração Militar de Lourenço Marques, trabalho pelo qual foi distinguida. Fez parte de duas Mesas Administrativas da Santa Casa da Misericórdia de Vendas Novas e tomou posse como provedora há sete anos.

48

MARIA IRENE BARATA JOAQUIM

Vila de Rei

Frequentou o curso complementar de Contabilidade e Administração, na Escola Secundária Anselmo de Andrade, não tendo concluído o mesmo. Exerceu funções na carreira de conferente especial de valores selados na Casa da Moeda, em Lisboa, e também desempenhou funções na carreira administrativa, no quadro do Instituto do Emprego e Formação Profissional. De 1990 a 2013, foi presidente da Câmara Municipal de Vila de Rei. Com vasta experiência de participação nos órgãos sociais de movimentos associativos, fez parte do Conselho Fiscal da UMP, entre outros, e foi distinguida com Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique, pelo Presidente da República, Jorge Sampaio.

49

LUÍSA NOVAZ

Viana do Castelo

Faleceu no dia 11 de outubro de 2021. Tinha 72 anos e exercia funções de provedora da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo desde dezembro de 2016, tendo sido reeleita em novembro de 2020 para o segundo mandato, que se prolongaria até ao final de 2024. Nascida em 1948, em Santarém, estudou Direito na Universidade de Lisboa e na Universidade de Coimbra. Era advogada em prática desde 1978, foi presidente da delegação de Viana do Castelo da Ordem dos Advogados, vogal do Conselho Superior e do Conselho Nacional da Associação Portuguesa de Mulheres Juristas, exercendo ainda cargos sociais em associações de defesa do ambiente e de proteção de animais sem dono. Foi também deputada na Assembleia Municipal de Viana do Castelo, em 1986/87, eleita pelo Partido Renovador Democrático (PRD).

A União das Misericórdias Portuguesas expressa o mais profundo pesar pelo seu falecimento e endereça à família, aos amigos, colegas de trabalho, utentes e demais membros da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo as mais sinceras e sentidas condolências.

50

MARIA DULCE GONÇALVES

Alandroal

Nasceu numa aldeia de Ferreira do Zêzere (Beco) em 1961, onde viveu até ao secundário, que frequentou em Tomar. Licenciou-se em Ciências Farmacêuticas na cidade de Coimbra, onde também surgiu a paixão que culminou em casamento, em 1985. Depois de quatro anos a viver em Setúbal, mudou a residência para a vila de Alandroal. Tem dois filhos e uma vida com muito trabalho e responsabilidade. Tem cargos associativos a nível profissional, mas abraçou o voluntariado na Santa Casa como provedora em 2014, uma atividade que considera exigente e gratificante, especialmente na vertente da dedicação às pessoas idosas.

51

EMÍLIA RIBEIRO CARREIRO

Alcafozes

Natural de Alcafozes, nasceu em 1942. Em 1971 decidiu concorrer a um concurso para a Polícia de Segurança Pública, onde desenvolveu a sua atividade profissional. Esteve no comando distrital de Lisboa durante 10 anos, até que concorreu para subchefe. Foi aprovada, mas sabe que não pôde concorrer mais cedo por ser mulher. Com a promoção foi transferida para o comando distrital de Braga, tendo regressado mais tarde a Lisboa. Volvidos 25 anos de vida profissional, passou à aposentação por motivos de saúde e voltou à terra natal, onde foi convidada para pertencer aos órgãos sociais da Santa Casa. Gosta de conhecer bem as pessoas antes de formar amizade.

52

ALICE MARTINS

Amieira do Tejo

Natural de Torre de Moncorvo, nasceu no dia 20 de janeiro de 1947. Frequentou o Instituto Superior de Línguas e Administração (ISLA), em Lisboa, onde concluiu bacharelato. Exerceu funções de direção em associações socioculturais, autarca e vice-provedora na Santa Casa da Misericórdia de Amieira do Tejo. Atualmente é tesoureira na União de Freguesias de Arez e Amieira do Tejo e provedora desde maio de 2021.

53

ROSA DE FÁTIMA FIGUEIREDO

Estarreja

Nasceu no Hospital Visconde de Salreu, em Estarreja, no ano de 1960. Licenciada em Direito pela Universidade Católica do Porto, possui o curso de especialização interdisciplinar em Direito das Crianças, ministrado pela mesma universidade. É advogada há 35 anos. Foi a primeira mulher a liderar os destinos de uma Misericórdia no distrito de Aveiro. Tomou posse em 1997 e, desde então, foi consecutivamente reeleita. Foi ainda membro do Secretariado Regional das Misericórdias do distrito de Aveiro de 2001 a 2002. Entre os *hobbies*, as suas preferências são as leituras e as viagens.

54

ANA FILIPA MENDES CANILHO FONSECA

Medelim

Natural de Castelo Branco, nasceu em 1978. Casada há 22 anos, tem duas filhas. Cresceu em Lisboa, cidade onde residiu até 2005, altura em que deu uma reviravolta à sua vida. Mudou-se para Medelim, terra onde os seus pais já gozavam da reforma. Trabalha como administrativa, foi durante 12 anos secretária da Junta de Freguesia de Medelim, onde atualmente desempenha funções de presidente. É provedora desde 2018 e aceitou o desafio por influência do seu pai, que, além do carinho pela terra, lhe transmitiu também a importância da solidariedade com o próximo e das tradições locais.

55

PAULA DO CARMO CIRÍACO ROSADO

Montemor-o-Novo

Natural de Montemor-o-Novo, nasceu em 1970 e é licenciada em Gestão de Empresas (Universidade de Évora) e em Ciências Religiosas (Universidade Católica Portuguesa). Integra a multissecular missão da Santa Casa de Montemor-o-Novo de defesa da população mais frágil, enformada pelos valores cristãos da justiça social e da caridade plasmados nas 14 obras de misericórdia, desde 2013 como vogal da Mesa Administrativa e desde 2020 como provedora.

56

MARIA JOÃO MARQUES DE OLIVEIRA

Palmela

Natural de Palmela, nasceu em 1964. Bacharel de Engenharia Técnica Agrícola, na Escola Superior Agrária de Santarém, com pós-graduação em Gestão de Cooperativas Agrícolas, no Instituto Politécnico de Santarém. Mais tarde licenciou-se em Engenharia Agronómica na Escola Superior Agrária de Santarém e concluiu também o curso de Gestão das Organizações Sociais na AESE Business School, Lisboa. Com percurso profissional na área de formação, fundou em 2000 a sua própria empresa. Sempre ligada a movimentos associativos de Palmela, assumiu o cargo de provedora da Misericórdia em 2019. Como voluntária, dá apoio ao estudo a crianças residentes num bairro carenciado em Setúbal, num projeto das Escravas do Sagrado Coração de Jesus.

57

FERNANDA MARIA SEIXAS COELHO

Penela da Beira

Nascida em 1953, numa pequena aldeia do interior, Penela da Beira, concelho de Penedono, distrito de Viseu. Fez o 6.º ano, em Viseu, na Escola Industrial, em Formação Feminina. Aos 15 anos abandona a escola e volta para a terra natal, onde viveu até aos 20 anos, altura em que casou e foi para Moçambique, em abril de 1974. A estadia foi curta, voltando a Portugal em dezembro de 1974, já com uma filha com dois meses de idade, para cuidar do pai. Foi cuidadora informal do marido durante 16 anos, facto esse que a levou a ter uma maior consciência da problemática da terceira idade e da doença. Ficou viúva há cinco anos e foi eleita provedora em 2020.

58

MARIA LUÍSA LEONÇO FARINHA

Portel

Natural de Portel, nasceu em 1966, é casada e mãe de dois filhos. Licenciada em Organização e Gestão de Empresas (Universidade Moderna), concluiu ainda a formação pedagógica de formadores (1997) e é técnica oficial de contas. Exerceu funções dirigentes em diversas associações locais (Grupo Desportivo de Portel, Associação de Desenvolvimento, Ação Social e Defesa do Ambiente e Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Portel), desempenha desde 2013 o cargo de vice-presidente da Câmara Municipal de Portel. É provedora desde 2009.

59

DORA MARIA FREITAS VALADÃO

Santa Cruz das Flores

Natural de e residente em Santa Cruz das Flores, é empresária em nome individual no ramo agrícola.
Além de atriz amadora, tem larga experiência em movimentos associativos. Integrou e ainda integra os órgãos sociais de uma série de instituições locais, tais como a Sociedade Filarmónica Dr. Armas da Silveira, o Grupo Desportivo "Os Minhocas" e a Cresaçor (Cooperativa Regional de Economia Solidária). A ligação às forças locais também passa pelo poder autárquico (foi vereadora e membro da Assembleia Municipal de Santa Cruz das Flores) e, ainda, faz parte dos órgãos sociais do Império da Praça de Santa Cruz das Flores e do Império da Boavista.

60

MARIA MANUELA GOULART PEREIRA

São Roque do Pico

Nasceu em 1961, na ilha do Pico. Finalizou o curso complementar liceal (equivalente ao 12.º ano) em 1979, no Liceu Nacional da Horta. Iniciou a sua atividade profissional em 1980 nos Serviços Florestais do Pico, onde trabalhou na secretaria até 2000. Tornou-se empresária em 1987, inicialmente no ramo do ensino de condução, mais tarde na área do turismo. Foi vice-provedora entre 2013 e 2016. Paralelamente, foi deputada na Assembleia Municipal de São Roque do Pico. Desde 2000 dedica-se a gerir as suas empresas na ilha do Pico: duas escolas de condução, *rent-a-car*, três papelarias, oficina de reparações de automóveis, venda de veículos novos e usados e mediação de seguros.

61

FILOMENA SILVA RODRIGUES

Venda do Pinheiro

Nasceu em 1959 e é licenciada em Medicina pelo Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto. Especialista em cirurgia geral desde 1997 e assistente graduada de cirurgia geral desde 2006. Atualmente é vogal executiva do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Oeste, com funções de direção clínica. Com vasta experiência de trabalho em áreas ligadas à medicina e também ao poder autárquico e ao voluntariado, recebeu já diversas distinções. Tem gosto para a música, tendo já frequentado cursos e integrado o grupo coral do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar.

62

ANA PAULA TAVARES BETTENCOURT

Vila das Velas

Nasceu na cidade alentejana de Portalegre, em 1963, e também nesta cidade realizou todo o seu percurso académico. Desde 1995 que reside na Vila das Velas, ilha de S. Jorge, onde exerce a profissão de docente, lecionando Português e Inglês, na EBS de Velas, a diversos anos de escolaridade. Desde muito nova mostrou interesse em diversas causas sociais, culturais, ambientais, entre outras, ingressando em diversas organizações e movimentos nacionais e internacionais. Faz parte dos órgãos sociais da Misericórdia de Vila das Velas desde 2002.

63

ADELAIDE MEDINA TELES

Vila de Santa Cruz da Graciosa

Nasceu em 1935 em Santa Cruz da Graciosa, onde reside. Solteira. Estudou na ilha Terceira. Professora do ensino primário, exerceu a profissão em escolas da sua ilha. Lecionou Matemática e Educação Moral e Religiosa Católica na Escola Básica e Secundária da Graciosa. Antes de haver o ensino oficial, preparou alunos para exame de 5.º ano do liceu. Ligada a diversos movimentos da Igreja – Ação Católica, Cursos de Cristandade, Conferência de S. Vicente de Paulo e outros, acompanhou grupos de crianças e de doentes a Fátima. Continua catequista de crianças e jovens. Foi deputada à Assembleia Regional dos Açores e presidente da Assembleia Municipal da Graciosa. Provedora da Misericórdia desde janeiro de 1980, o seu lema é servir.

64

MARIA ADELINA FERREIRA PINTO

Vila Velha de Ródão

Nasceu em Vila Velha de Ródão, no ano de 1962. Casada e com uma filha, é a filha do meio de cinco irmãos. Licenciada em Direito na Universidade de Coimbra, desde 1989 trabalha na Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, primeiro como auxiliar administrativa, depois como chefe de divisão e a partir de 2010 como jurista. Já integrou a Mesa da Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão e desde 2015 ocupa o cargo de provedora, função que considera desafiante e exigente, apenas possível através do trabalho em equipa.

Nota de edição

As provedoras das Misericórdias de Arronches, Cabrela, Montalvão, Moura e Paços de Ferreira não aceitaram o convite para participar neste projeto.

Ficha técnica

Produção: União das Misericórdias Portuguesas
Realização: Gabinete de Comunicação e Imagem
Coordenação e Edição: Bethania Pagin
Fotografia: Pau Storch
Ilustrações: Paulo Buchinho
Design Gráfico: M&M Designers
Revisão: Sílvia Júlio
Impressão e acabamento: Grafisol
ISBN: 978-989-8375-24-7
Número da edição: 1.ª edição
Depósito legal: 502029/22
Maio de 2022